

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ÁSAFE BUENO FREITAS

A VAZA JATO E O JORNALISMO INVESTIGATIVO

Porto Alegre

2019

ÁSAFE BUENO FREITAS

A VAZA JATO E O JORNALISMO INVESTIGATIVO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dra. Thaís Helena Furtado

Porto Alegre

2019

ASAFE BUENO FREITAS
A VAZA JATO E O JORNALISMO INVESTIGATIVO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em:
BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Thaís Helena Furtado UFRGS
Orientadora

Prof^o Dr^o Basílio Sartor UFRGS

Examinador

Prof^a Dr^a Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca UFRGS

Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que, com seu suor e esforço, possibilitaram a mim e a meus colegas desfrutar de um ensino superior de qualidade, excelência e gratuito, provando que o ensino público de valor é possível com a união dos trabalhadores. É a eles a quem dedicarei minha vida profissional para transformar nosso país e planeta em um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Débora Vargas Bueno Freitas e João Daniel Freitas, por serem os alicerces e a minha força durante toda a jornada acadêmica. É uma honra ter como amigos – e pais – seres humanos com tamanha excelência ética e moral. Tenham certeza que a motivação que me passaram foi essencial para chegar até este momento. Bem como Aninha e Mateus, meus amados irmãos, com quem dividi momentos familiares únicos durante toda minha graduação. Sem vocês quatro eu não sou nada.

À minha querida orientadora Thais Furtado, agradeço pela compreensão, ensinamentos, carinho e, sobretudo, paciência, durante a escritura deste trabalho. Sempre soube que seria você que me acompanharia nessa jornada, desde aquela primeira aula lá no início do curso, quando corrigiste, com carinho, preconceitos jornalísticos que a idade me impunha. Admiro-a e estimo-a muito como profissional e, principalmente, como ser humano. Nunca terei como agradecê-la de forma equivalente ao que me proporcionaste.

Às minhas amigas queridas que compartilharam momentos de alegria e risadas durante essa rotina dura que empenhei entre faculdade, trabalhos, estágios, freelas e toda a sorte de problemas, agradeço amorosamente: Camila Souza, Pamela Felipe, Marina Machado e Isabela Ribeiro. Em diferentes momentos, cada uma de vocês foi essencial para eu seguir em frente. As quero muito bem, para sempre.

À minha amada tia, Nara Jane Bueno Miz, por todo apoio que me deu frente as contingências que, muitas vezes, não nos permitiram estarmos mais próximos. Igualmente, se consegui finalizar esta etapa, devo a ti, ao teu amor, teu carinho, tua compreensão e generosidade.

A democracia morre na escuridão.

Bob Woodward

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar as 20 primeiras partes das reportagens chamadas Vaza Jato, publicadas pelo site de jornalismo The Intercept Brasil entre os dias 9 de junho e 11 de setembro de 2019, sobre supostos malfeitos cometidos por autoridades ligadas à maior operação contra corrupção da história do Brasil, a Lava Jato, e identificar se a série de reportagens se configura como jornalismo investigativo. A base teórica é perpassada pelas definições de jornalismo em autores como Leandro Fortes (2005), Solano Nascimento (2010) e Cleode Monteiro de Sequeira (2005), autores que buscaram definir o jornalismo investigativo. O trabalho também apresenta contextualização detalhada sobre o que é a Lava Jato cronologicamente, bem como uma pequena exposição das características do veículo The Intercept Brasil e seu modo de fazer jornalismo, e uma descrição das 20 primeiras fases da série de reportagens conhecida como Vaza Jato. Os objetivos específicos desta monografia são: 1) Apresentar a história da Lava Jato e da Vaza Jato; 2) Compreender como o The Intercept Brasil se coloca no mercado jornalístico brasileiro, suas práticas e o impacto da Vaza Jato, e 3) identificar as particularidades, características e definições do jornalismo investigativo, além do seu papel social. Como *corpus* para a análise desse estudo foram escolhidas as 20 primeiras reportagens da série Vaza Jato, que marcaram o noticiário político da mídia mainstream do Brasil no ano de 2019. Concluiu-se que a Vaza Jato é, sim, um exemplo de jornalismo investigativo, além de ter mostrado novos modelos de se fazer jornalismo no Brasil.

Palavras-chave: Vaza Jato; Lava Jato; Jornalismo Investigativo; The Intercept Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A LAVA JATO	12
3. A VAZA JATO	20
3.1 The Intercept	20
3.2 The Intercept Brasil	22
3.3 O que foi a Vaza Jato	25
3.3.1 A primeira Parte: como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro?	26
3.3.2 Parte Dois: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’	27
3.3.3 Parte Três: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do triplex	28
3.3.4 Parte Quatro: ‘Não É Muito Tempo Sem Operação?’. Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato	29
3.3.5 Parte Cinco: Os Diálogos De Sergio Moro E DeltanDallagnol Que Embasaram A Reportagem Do Intercept	30
3.3.6 Parte Seis: ‘A Defesa Já Fez O Showzinho Dela’. Sergio Moro, enquanto julgava Lula, sugeriu à Lava Jato emitir uma nota oficial contra a defesa. Eles acataram e pautaram a imprensa.	31
3.3.7 Parte Sete: ‘Tem Alguma Coisa Mesmo Séria Do FHC?’. Lava Jato fingiu investigar FHC apenas para criar percepção pública de ‘imparcialidade’, mas Moro repreendeu: ‘Melindra alguém cujo apoio é importante’	32
3.3.8 Parte Oito: ‘Moro Viola Sempre O Sistema Acusatório’. Chats da Lava Jato revelam que procuradores reclamavam de violações éticas de Moro e temiam que operação perdesse toda credibilidade com sua ida ao governo Bolsonaro	32
3.3.9 Parte Nove: A Lava Jato tramou vazamento de delação para interferir na política da Venezuela após sugestão de Sergio Moro	33
3.3.10 Parte Dez: Deltan Dallagnol usou fama da Lava Jato para lucrar com palestras e livros	34
3.3.11 Parte Onze: Deltan Dallagnol, em chats secretos, sugeriu que Sergio Moro protegeria Flávio Bolsonaro para não desagradar ao presidente e não perder indicação ao STF	35
3.3.12 Parte Doze: Dallagnol recebeu R\$ 33 mil da Neoway, uma companhia de tecnologia, quando ela já estava citada numa delação que tem como personagem	

central Cândido Vaccarezza, ex-líder de governos petistas na Câmara que foi preso em 2017	36
3.3.13 Parte Treze: Deltan foi estrela de encontro com bancos e investidores organizado pela XP ‘com compromisso de confidencialidade’	37
3.3.14 Parte Quatorze: Deltan Dallagnol incentivou cerco da Lava Jato ao ministro do STF Dias Toffoli	38
3.3.15 Parte Quinze: Deltan e Lava Jato usaram Vem Pra Rua e instituto Mude como lobistas para pressionar STF e governo	39
3.3.16 Parte Dezesesseis: Lava Jato usava chats para pedir dados fiscais sigilosos sem autorização judicial ao atual chefe do Coaf	41
3.3.17 Parte Dezessete: Corregedor-geral do MPF acobertou confissão de procurador da Lava Jato que pagou por outdoor ilegal	42
3.3.18 Parte Dezoito: Dallagnol mentiu, Lava Jato vazou sim informações das investigações para a imprensa — às vezes para intimidar suspeitos e manipular delações	43
3.3.19 Parte Dezenove: Deltan avaliou concorrer ao Senado, deixou em aberto tentar em 2022 e via necessidade de o MPF ‘lançar um candidato por Estado’	44
3.3.20 Parte Vinte: Moro autorizou devassa na vida de filha de investigado da Lava Jato para tentar prendê-lo	45
4. JORNALISMO INVESTIGATIVO	47
5. A VAZA JATO É JORNALISMO INVESTIGATIVO?	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7. REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Em 9 de junho de 2019, o portal de jornalismo The Intercept Brasil (TIB) começou a publicar uma série de reportagens com base em material obtido em conversas privadas de várias figuras do Poder Judiciário, do Ministério Público, da esfera política, do empresariado brasileiro e, até mesmo, do próprio jornalismo. Nas conversas, de origem do aplicativo de compartilhamento de mensagens para smartphones chamado Telegram e obtidas – segundo as informações divulgadas até a data de redação do presente estudo – por fonte anônima, provavelmente, de forma ilegal, há indícios de conluio entre os investigadores e o juiz federal responsável pelas sentenças da operação Lava a Jato.

O início da publicação da série de reportagens, nomeada pelo próprio TIB como Vaza Jato, em referência à operação Lava Jato, gerou debates na esfera pública sobre os limites das funções do então magistrado, Sérgio Moro, e, principalmente, do chefe da força tarefa da Lava Jato, o procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol. A polêmica dessas dúvidas foi alimentada pelo noticiário tradicional que, pelo menos dentro da mídia comercial hegemônica, colocou o fazer jornalístico do TIB no meio das discussões do fato jornalístico – os vazamentos das conversas dessas figuras populares brasileiras. A Vaza Jato mexeu com as estruturas da política, da Justiça e, até mesmo, do jornalismo, colocando os repórteres que produziam essas matérias como agentes diretos da construção do fato, tanto pela oposição quanto pela situação.

A cada novo capítulo da Vaza Jato, uma nova crítica a Moro e Dallagnol era levantada pela oposição, ao mesmo tempo que crescia a polêmica que envolvia não só a Lava Jato mas, sim, o próprio fazer jornalístico do TIB desenvolvido na Vaza Jato. Maximizou-se o ambiente de antagonismo político-social no qual o Brasil vivia há, pelo menos, seis anos, quando manifestações por todo país uniram pessoas em crítica aos problemas do país e, principalmente, à classe política. Dessa maneira, o jornalismo do TIB foi visto por uma parte da população como antagonista da Lava Jato, bem como instrumento de destruição do combate à corrupção – luta simbolizada, para uma parcela significativa da população, às figuras dos juízes e procuradores envolvidos na operação.

Noções como interesse público, jornalismo investigativo, justiça e, até mesmo, os limites do jornalismo, da Justiça e da Lei passaram a ser, frequentemente, discutidas.

A grande mídia, exemplificada aqui nos grandes jornais de alcance nacional de propriedade de grandes corporações de comunicação, se viu questionada devido à sua abordagem e construção do fenômeno da Lava Jato. O que é ou não jornalismo passou a ser importante – não somente para os jornalistas e acadêmicos de jornalismo, mas também para a população em geral. Conforme a bipolarização do país, o público começou a se questionar se aquelas reportagens teriam ou não validade, se vendo em um contexto de uma investigação jornalística sobre investigadores da Justiça. O jornalismo investigativo poderia investigar a própria Justiça? Seria a investigação dos jornalistas inimiga da investigação da Justiça? Estaríamos diante do “nosso Watergate” como defende a professora aposentada da Universidade Federal Fluminense Sylvia Moretzsohn?¹

Sendo assim, este trabalho se propõe a analisar as reportagens da série de matérias do The Intercept conhecida como Vaza Jato. Partindo disso, com base nesses textos e em como se deu a apuração dessas reportagens, o principal objetivo deste trabalho é: identificar se o trabalho do Intercept Brasil na Vaza Jato pode ser considerado jornalismo investigativo ou não.

Como objetivos específicos, o presente trabalho visa: 1) Apresentar a história da Lava Jato e da Vaza Jato; 2) Compreender como o The Intercept Brasil se coloca no mercado jornalístico brasileiro, suas práticas e o impacto da Vaza Jato, e 3) identificar as particularidades, características e definições do jornalismo investigativo, além do seu papel social.

Para isso, esse estudo, além da pesquisa bibliográfica, se valerá, como fontes de pesquisa, de matérias completas da Vaza Jato. Serão analisadas, no entanto, apenas as reportagens publicadas no período de 9 de julho a 11 de setembro. A análise de reportagens escolhidas se explica por se tratar de matérias sobre o tema que mais tem

¹ Disponível em <<https://objethos.wordpress.com/2019/06/10/intercept-brasil-revela-o-nosso-watergate/>>. Acesso em 9 de novembro de 2019.

mexido com o noticiário do Brasil, a política, com o agravante da operação judicial que expôs escândalo político mais importante da história brasileira, a Lava Jato.

Para alcançarmos os objetivos traçados, apresentamos, no segundo capítulo, uma contextualização histórica dos acontecimentos que culminaram na Operação Lava Jato, bem como se deu seu desenvolvimento até o momento em que a série de reportagens do TIB começou a ser publicada, em junho de 2019. Após, iniciamos, no segundo capítulo, um explanação detalhada da Vaza Jato, percorrendo como se deram seus capítulos, explorando as origens e características do veículo The Intercept Brasil, seu modelo de negócio, seus financiadores e os jornalistas envolvidos na apuração da Vaza Jato. A compreensão do que é a operação e a série de reportagens é essencial para se alcançar os objetivos pleiteados neste estudo.

No capítulo 4, são exploradas as características do jornalismo investigativo com base nos estudos de Nascimento (2010), Fortes (2005), Serqueira (2013) e Novach e Rosenstiel (2002) entre outros. Com auxílio dos mesmos autores, serão discutidos o alcance, limites éticos, impacto e exemplos de grandes reportagens investigativas.

No capítulo 5, com base nas definições de jornalismo investigativo propostas pelos autores citados, analisaremos matéria a matéria se a Vaza Jato pode ser considerada jornalismo investigativo.

Por fim, nas considerações finais, são apresentados os resultados da pesquisa.

2. A LAVA JATO

A Vaza Jato é uma série de reportagens publicadas pelo site The Intercept Brasil a partir de 9 de junho de 2019, na qual um conjunto de conversas com autoridades do Judiciário e do Ministério Público passaram a ser expostos. No conteúdo dos diálogos, ações antiéticas e ilegais da acusação do órgão julgador dos processos da Lava Jato, investigação mais ampla contra a corrupção desde a Operação Satiagraha, são explorados ao público.

Neste capítulo, apresentamos a operação Lava Jato para que possamos, no próximo capítulo, compreender o que foi a série de reportagens que ficou conhecida como Vaza Jato.

A maior operação de combate à corrupção da história da república brasileira teve seus primeiros passos em 2009. Naquele ano, segundo o que divulga o próprio Ministério Público Federal (MPF)²², uma investigação sobre crimes de lavagem de recursos relacionados ao ex-deputado federal José Janene iniciou-se no município de Londrina, no Paraná, no Sul brasileiro.

Além de Janene, foi descoberto que Alberto Youssef e Carlos Habib Chater estavam envolvidos no esquema. Ambos eram doleiros – negociantes da moeda estadunidense no mercado paralelo, prática que está ligada, constantemente, a crimes de evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Youssef já havia sido investigado antes pelos procuradores do MPF, por envolvimento em outro caso de lavagem de recursos envolvendo o banco estatal paranaense, o Banestado, privatizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000.

Em julho de 2013, a investigação da Polícia Federal e do MPF interceptou ligações telefônicas que revelaram que Youssef havia dado um automóvel de luxo

²² As informações sobre a operação Lava-Jato foram retiradas do Ministério Público Federal, disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/historico>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

(avaliado, em 2019, em cerca de R\$ 300 mil), a um executivo de uma das maiores petrolíferas do mundo. A empresa: a Petróleo Brasileiro (Petrobrás), estatal mais valiosa do Brasil e uma das maiores companhias do planeta³, havia encontrado uma reserva de óleo fóssil em camada de mais de dois mil metros abaixo do nível do mar, chamada Pré-Sal, avaliada em R\$ 10 trilhões, três anos antes⁴.

Das interceptações, foi descoberto que Chater utilizava uma casa de câmbio em um posto de gasolina de sua propriedade para lavar dinheiro e evadir divisas. Foi então que nasceu a Operação Lava-Jato. Em 17 de março de 2014, no Brasil, uma força-tarefa que unia os esforços do Ministério Público Federal e da Polícia Federal formada para investigar crimes de desvios de recursos na Petrobrás deflagrou a primeira fase da Operação Lava-Jato.

Um ano antes, o país teve o noticiário político movimentado pelo acontecimento das chamadas Jornadas de Junho de 2013, quando uma série de manifestações de cunho político tomaram conta das ruas de todo país. A multiplicidade das demandas, como comumente é lembrado sobre os protestos de 2013, tinha consenso na incidência marcante da crítica à classe política, que foi muito além do estopim das manifestações – o aumento dos preços do transporte público em março, em Porto Alegre (RS)⁵, e em junho, em São Paulo⁶ – de 2013.

Somaram-se às demandas as críticas aos gastos que o Governo Federal empenhou para construção dos estádios que seriam usados na Copa das Confederações de 2013 e na Copa do Mundo de 2014. Ao final do ano da grande competição

³ Informação retirada de estudo divulgado pelo jornal O Globo, disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios/petrobras-e-9-maior-empresa-do-mundo-diz-estudo.492529>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

⁴ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?id=1464&option=com_content&view=article>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

⁵ Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/cidades/2013/06/manifestacao-em-porto-alegre-termina-em-cerco-violencia-e-prisoas>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestos-em-sp-contr-aumento-das-tarifas-do-transporte.html>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

futebolística mundial, o Tribunal de Contas da União registrou mais de R\$ 25 bilhões investidos nas obras de mobilidade urbana, construção de estádios e arenas, além de obras de estruturas no entorno dos locais-sede do torneio⁷. No mesmo ano, o Governo Federal havia anunciado um corte no orçamento na casa dos R\$ 28 bilhões⁸.

Com a pólvora dessas manifestações, o clamor por mudanças além dos “20 centavos” das tarifas dos ônibus incendiou o então segundo ano do governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), que começou a ser alvo de críticas cada vez maiores. Soma-se a isso, em 3 de março de 2014, a deflagração da 2ª fase da Operação Lava-Jato, que prendeu preventivamente, por cinco dias, o ex-diretor de abastecimento da Petrobras entre os anos de 2004 e 2012, Paulo Roberto Costa, por suspeita de envolvimento com o doleiro Yousseff e destruição de provas ligadas à investigação de desvios na estatal. Costa havia sido nomeado para o cargo no segundo ano de governo de Lula. Esse foi a primeira ligação do governo petista a um preso devido à Lava-Jato durante as investigações do escândalo do Petrolão.

De 21 a 25 de abril de 2014, o MPF do Paraná formalizou as primeiras denúncias ao Judiciário Federal, as quais foram acatadas: a Lava-Jato tinha produzido seus primeiros réus. Até aquele momento, segundo levantamento do próprio MPF⁹, a Polícia Federal já tinha cumprido 31 mandados de prisões, 102 de busca e apreensão, e 25 de condução coercitiva oriundos da investigação da força-tarefa da Lava-Jato. Do Paraná, a operação ganhou ramificações também no Rio de Janeiro, no Distrito Federal e em São Paulo.

Até julho de 2019, a Lava-Jato teve 2.476 procedimentos judiciais instaurados, 1.237 mandados de busca e apreensão, 227 mandados de condução coercitiva, 161

⁷ Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/tcu-contabiliza-r-255-bilhoes-de-gastos-com-copa-do-mundo>>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

⁸ Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-anuncia-corte-de-28-bilhoes-no-orcamento-2013-8463671>>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

⁹ Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/linha-do-tempo>>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

mandados de prisões preventivas, 155 mandados de prisões temporárias, 6 prisões em flagrante, 754 pedidos de cooperação internacional, e 184 acordos de colaboração premiada – instrumento jurídico da investigação que tem como objetivo incentivar os criminosos a colaborar com a Justiça em troca de benefícios como “a diminuição da pena, a alteração do regime de seu cumprimento ou mesmo, em casos excepcionais, isenção penal”¹⁰.

Como resultado, a operação numera 99 acusações criminais contra 438 pessoas diferentes, que resultaram em 50 sentenças para crimes como corrupção, contra o sistema financeiro internacional, tráfico transnacional de drogas, formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro, entre outros. Até julho de 2019, 244 condenações foram proferidas na Justiça Federal em sentenças oriundas da Lava-Jato contra 159 pessoas. Ao todo, o montante requerido pela Lava-Jato na Justiça frente aos acusados soma mais de R\$ 43 bilhões, incluindo multas.

A Lava-Jato se desdobrou em mais de 60 fases, em seis anos, e colocou grandes nomes do empresariado brasileiro, como Marcelo Odebrecht – um dos donos da Construtora Odebrecht, a 63ª do planeta, em 2019¹¹ –, e Joesley Batista – um dos donos da JBS, a maior indústria processadora de proteína animal do planeta até 2017¹² – na cadeia por pagamento de propina a políticos para receberem contratos da Petrobrás, entre outros benefícios, ilicitamente. No entanto, o que trouxe visibilidade midiática para Lava-Jato, sobretudo, foi a prisão de políticos de alto escalão, que ocuparam os maiores cargos eletivos do país e lideravam os partidos com mais cadeiras nas duas câmaras do Congresso Nacional do Brasil.

¹⁰ Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/colaboracao-premiada/>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

¹¹ Disponível em: <<https://www.enr.com/toplists/2019-Top-250-International-Contractors-1>> . Acesso em 26 de setembro de 2019.

¹² Disponível em: <

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/05/proxima-do-poder-jbs-se-tornou-a-maior-processadora-de-proteina-animal-do-mundo-9796017.html>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

Nomes como o dos ex-presidentes da Câmara dos Deputados, os deputados federais à época do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Henrique Eduardo Alves e Eduardo Cunha, bem como o do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT) se sobressaem. No entanto, o grande feito da operação, que reverberou mais na imprensa brasileira, foi a prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) que governou o país entre 2003 e 2010¹³.

O Ministério Público Federal, como órgão acusador, e a Polícia Federal, como força de investigação, contaram ainda com a figura do ex-juiz federal Sérgio Moro, que julgava a maior parte dos casos de 1ª instância em Curitiba, capital do Paraná, para o sucesso da Lava-Jato. Todos os três viraram sinônimo de luta contra a corrupção para uma parcela significativa da população, por conta também da cobertura jornalística da imprensa tradicional brasileira. A popularidade de duas figuras, no entanto, chegou ao ápice, frente a todos os outros envolvidos na operação: o procurador do MPF e chefe da força-tarefa da Lava-Jato, Deltan Dallagnol, e o ex-juiz federal Sérgio Moro. A popularidade foi tanta que, em certos momentos das eleições de 2018, Moro e Dallagnol cogitaram ou foram avaliados como possíveis candidatos a cargos como os de presidente¹⁴ e senador¹⁵.

Do início da Lava-Jato, em 2014, os governos de centro esquerda do Partido dos Trabalhadores tiveram seu final em 2016, em um processo de impeachment que tirou a sucessora de Lula, Dilma Rousseff, de seu segundo governo legitimamente eleito. Então o PMDB tomou o poder, por meio do vice-presidente Michel Temer, tendo em Eduardo Cunha, na época ainda presidente da Câmara dos Deputados, como facilitador do trâmite de impedimento. Vazamentos da Lava-Jato contribuíram para que o apoio

¹³ Lula foi solto no dia 8 de novembro de 2019, em decorrência de decisão do Supremo Tribunal Federal que permitia a condenados em segunda instância, como o ex-presidente, responderem em liberdade até que todos recursos processuais fossem utilizados por sua defesa. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/ex-presidente-lula-e-solto-apos-580-dias-presno-na-policia-federal-em-curitiba.shtml>

¹⁴ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/11/moro-pode-ser-candidato-a-presidente-dizem-auxiliares-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

¹⁵ Disponível em <https://theintercept.com/2019/09/03/deltan-senado-candidato/>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

popular recebido pela presidenta Rousseff ruísse¹⁶, principalmente após Sérgio Moro disponibilizar, ilegalmente, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), áudios contendo diálogos entre Lula e Dilma que davam a entender que a mandatária brasileira nomearia o ex-presidente como Ministro da Casa Civil para livrá-lo do julgamento de Moro, o que foi vastamente divulgado na imprensa nacional. No entanto, uma decisão do STF impediu Lula de ocupar o cargo. Menos de dois anos após, em abril de 2018, Lula foi preso por corrupção e lavagem de dinheiro, acusado de receber um apartamento triplex no litoral paulista em troca de favorecimentos a construtoras durante seus mandatos.

A cobertura do dia da prisão movimentou a mídia *mainstream* do mundo todo, sendo que os principais veículos do Brasil cobriram o fato durante todo o dia, minuto a minuto. O presidente com a melhor avaliação ao deixar o mandato¹⁷ foi sentenciado a 12 anos de reclusão em regime fechado.

A decisão tornou Moro símbolo de justiça para uma grande parcela da opinião pública brasileira¹⁸, o que rendeu-lhe o cargo de Ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL), vencedor do pleito presidencial de 2018, que assumiu como líder do país em 2019 com um discurso caracterizado pelo antipetismo e por pesadas críticas à esquerda. O ex-magistrado foi nomeado Ministro da Justiça e da Segurança Pública no dia 1º de janeiro 2019, após ter se exonerado do cargo de juiz federal em novembro de 2018.

Sua gestão à frente da pasta da Justiça, no primeiro semestre de 2019, dividiu opiniões na imprensa *mainstream*. Entretanto, pesquisas balizaram que ele seguia bem avaliado pela opinião pública, como a do Instituto DataFolha, que registrou 51% de

¹⁶ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>. Acesso em 08 de outubro de 2019

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em 26 de setembro de 2019.

¹⁸ Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/09/1988401-estavel-moro-e-aprovado-por-51-dos-brasileiros.shtml>. Acesso em 08 de outubro de 2019

aprovação de Moro entre os entrevistados, em julho¹⁹, logo após as primeiras divulgações Vaza Jato. Em abril de 2019, o mesmo instituto registrava que 61% dos entrevistados consideravam ótimo ou bom o desempenho da Lava-Jato. Já 18% avaliavam como regular os trabalhos da operação, enquanto 18% a definiam como ruim ou péssima²⁰. A maioria da população brasileira apoiava a Lava-Jato, indicavam as pesquisas.

Em 7 de junho de 2019, o procurador do MPF e chefe da força-tarefa da Lava-Jato, Deltan Dallagnol, postou em seu perfil no Twitter: “A Lava Jato foi apenas a ponta de um iceberg. E nós não podemos desesperar - no sentido da desesperança”. Ele só voltaria a publicar no microblog dois dias depois, às 20h10, para compartilhar uma nota oficial do MPF a qual anunciava que membros da força-tarefa da Lava Jato no MPF do Paraná haviam sido “vítimas de ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes”²¹.

Cerca de duas horas antes, o site The Intercept Brasil, pouco conhecido pela população brasileira, havia publicado um editorial que explica os motivos pelos quais publicariam, a partir daquela data, uma série de reportagens que mostraria “comportamentos antiéticos” e “transgressões” que o Brasil e o mundo têm o direito de conhecer²². O conteúdo das três primeiras reportagens falava sobre “discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava-Jato”. Como na famosa operação contra a corrupção, Deltan Dallagnol e Sergio Moro se sobressairiam nas reportagens. No entanto, de maneira diferente: não mais como acusadores e julgadores de malfeitos e sim como aqueles que os executam. Quem

¹⁹ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/veja-aprovacao-de-moro-guedes-e-outros-5-ministros-segundo-o-datafolha.shtml>>. Acesso em 26 de setembro.

²⁰ Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987747-maioria-61-considera-otimo-om-bom-desempenho-da-operacao-lava-jato.shtml>>. Acesso em 27 de setembro.

²¹ Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/forca-tarefa-informa-a-ocorrencia-de-ataque-criminoso-a-lava-jato>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

²² Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

é esse veículo, novo no mercado jornalístico mundial, que viria a publicar matérias que poderiam afetar a imagem de figuras conhecidas pela luta pela corrupção? No próximo capítulo, apresentaremos o site The Intercept e a série de reportagens que ficou conhecida como Vaza Jato.

3. A VAZA JATO

A Vaza Jato já contava com 20 partes até o início da escrita deste trabalho. Neles, o castelo de moralidade construído pelo noticiário sobre a Lava Jato foi colocado em xeque, revelando relações pouco republicanas – ou legais – de grandes autoridades da república, causando questionamentos sobre a legitimidade e legalidade do devido processo judicial da operação. Neste capítulo, apresentaremos primeiro os sites The Intercept e The Intercept Brasil para, posteriormente, discorrermos sobre a Vaza Jato.

3.1. The Intercept

O The Intercept foi fundado nos Estados Unidos em fevereiro de 2014 e se autodenomina como uma “organização de notícias premiada, dedicada a responsabilizar os poderosos por meio de um jornalismo adverso e destemido”²³. Como seus membros fundadores, são citados os jornalistas estadunidenses Glenn Greenwald e Jeremy Scahill, constando como editora-chefe (em setembro de 2019) a também norte-americana Betsy Reed. O veículo nasceu com o investimento financeiro do bilionário, filantropo e fundador do site de leilões EBay, o francês Pierre Omidya.

Em suas publicações, o The Intercept foca nos temas política, justiça, segurança nacional, mundo, tecnologia e ambiente. Como um site de notícias na internet, as reportagens são dispostas com o uso de técnicas de jornalismo multimídia, utilizando-se de áudios, vídeos, imagens, ilustrações e infográficos em consonância com texto jornalístico. Com matérias de cunho investigativo, o veículo segue uma linha editorial de denúncia e vigilância dos poderosos – tanto da esfera política quanto econômica – dos Estados Unidos e outras potências mundiais. A relevância do The Intercept logo quando “nasceu” pode ser ligada ao currículo dos dois jornalistas fundadores do veículo.

²³ Informações sobre o The Intercept disponíveis em: <<https://theintercept.com/about/>> . Acesso em 26 de setembro de 2019.

Duas vezes vencedor do prêmio George Polk (1998 e 2008), Jeremy Scahill²⁴, é um repórter investigativo, conhecido por suas coberturas nas guerras no Afeganistão e Iraque, por exemplo, além de sua carreira editorial, exemplificada pelo livro "Guerras Sujas – o Mundo É um Campo de Batalha" (2013). Seu trabalho teve repercussão internacionalmente por suas matérias denunciando a política militar dos Estados Unidos ao redor do mundo, quando foi correspondente da revista The Nation e do programa de TV DemocracyNow! (também irradiado nos Estados Unidos e publicado online). O outro fundador do The Intercept também tem histórico premiado.

Glenn Greenwald é advogado constitucionalista e jornalista que obteve renome internacional por suas matérias sobre os vazamentos de arquivos secretos da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA, em inglês), compartilhados pelo ex-funcionário da NSA e analista de sistemas Edward Snowden. Pelo trabalho publicado no jornal britânico The Guardian, no qual expôs a política de vigilância mundial que o setor de inteligência da potência norte-americana desenvolvia, Greenwald foi consagrado com o maior prêmio do jornalismo mundial, o Pulitzer, na categoria serviço público, em 2014²⁵.

As reportagens sobre os dados vazados por Snowden também renderam a Greenwald um prêmio Esso de jornalismo, um dos maiores do Brasil, sendo o primeiro não brasileiro a conquistar a premiação²⁶. Na ocasião do Esso, ele foi premiado devido às reportagens publicadas em conjunto com o jornal brasileiro O Globo, em 2013. Mas a ligação com o Brasil não havia iniciado aí.

Desde 2005 casado com o jornalista brasileiro e deputado federal David Miranda, Greenwald morava no Rio de Janeiro e havia redigido artigos para The Intercept, em inglês, sobre as agitações que culminaram no impedimento da presidenta

²⁴Informações sobre Jeremy Scahill disponíveis em: <<https://theintercept.com/staff/jeremy-scahill/>>. Acesso em 29 de setembro.

²⁵ Informações sobre Glenn Greenwald disponíveis em: <<https://theintercept.com/staff/glenn-greenwald/>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

²⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/globo-ganha-tres-categorias-do-premio-esso-2013-10768190>>. Acesso em 08 de outubro de 2019

Dilma Rousseff, em 2016, tendo também participado de programas na televisão norte americana como comentarista convidado. Traduzidos também para o português, as reportagens e artigos sobre a política brasileira tiveram muitos acessos, segundo o próprio Greenwald²⁷, o que indicava para o The Intercept que havia “um enorme apetite por formas alternativas de jornalismo no país”.

Com estas palavras, em um editorial, Greenwald anunciou a criação do The Intercept Brasil, em 2 de agosto de 2016, marcando o início do trabalho jornalístico do TIB.

3.2. The Intercept Brasil

O TIB praticamente traduz a mesma definição da sua matriz estadunidense, autodenominando-se como “uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo”²⁸. Seu trabalho de apuração é descrito como “investigações aprofundadas” e “análises implacáveis” que focam em temas de “política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais”. Seguindo semelhante linha da versão estadunidense, o TIB afirma fornecer “aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem”.

Variando as publicações entre artigos de convidados sem vínculos trabalhistas com a empresa, reportagens e colaborações que fogem ao padrão editorial brasileiro – centrado, na mídia mainstream, em reportagens assinadas, artigos de opinião e colunas pagas –, como com estudantes de jornalismo, líderes de movimentos sociais e escritores, o TIB se coloca como representante do jornalismo alternativo, ou seja, fora da mídia tradicional brasileira. Segundo o deputy editor (figura semelhante a de um editor-chefe,

²⁷ Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

²⁸ Informações sobre o The Intercept Brasil coletadas em seu próprio site, disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/staff/>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

segundo palavras do próprio) do TIB, Alexandre de Santi, não há editorias ou seções no site e sua linha editorial é identificada, no espectro político, com a esquerda.²⁹

Quanto aos seus recursos narrativos, igualmente à versão estadunidense, as reportagens são dispostas com o uso de técnicas de jornalismo multimídia, utilizando-se de áudios, vídeos, imagens, ilustrações e infográficos em consonância com texto jornalístico. A diferença percebida em relação ao The Intercept dos Estados Unidos é a da seleção do que é publicado. As publicações do site flutuam entre os assuntos do dia abordados pela grande mídia, a temas mais complexos e aprofundados, com matérias que se diferenciam da abordagem objetiva do hard news.

Contando com uma equipe de 26 pessoas e redação localizada no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, o TIB sofreu uma remodelação a partir do final de 2018, quando o jornalista catarinense Leandro Demori assumiu como editor executivo do site. Greenwald, desde o início do site, era uma figura mais autônoma dentro da estrutura organizacional e produtiva do TIB. Entretanto, segundo relato do deputy editor do site, Alexandre de Santi, o responsável por toda construção do veículo desde seu início é o editor geral Andrew Fishman. Demori surgiu nesse contexto de renovação, devido à necessidade de ter na equipe um brasileiro que compreendesse o panorama brasileiro e desejasse fazer jornalismo combativo, como o proposto pela matriz norte-americana.

De acordo com Alexandre de Santi, o projeto era claro: fazer jornalismo combativo, que falasse a verdade, que enfrentasse os poderosos. Para isso, a redação da Lapa contou com o investimento do fundo de Pierre Omidyar, e prometia liberdade editorial e segurança jurídica e financeira para que seus repórteres fizessem um jornalismo fora dos padrões comumente desenvolvidos no mercado brasileiro. A aposta não era para se esgotar em um ano, a expectativa era de que amadurecesse.

Com estrutura corporativa diferenciada, os níveis hierárquicos também seguem lógica diferente das empresas comuns. A relação com o fundo alimentado pelo

²⁹ Informações de Alexandre de Santi sobre The Intercept são provenientes de entrevista exclusiva concedida a este trabalho, no dia 8 de outubro de 2019.

empresário francês, de acordo com de Santi, baseia-se em dois braços. Um deles, First Look Media, foca em produção de audiovisuais com fins lucrativos, exemplificado pelo TopicStudios. Os lucros obtidos por empresas como Topic, da First Look Media, são reinvestidos no braço sem fins lucrativos também com ligação com o empresário francês, a First Look Works, que tem como exemplo mais famoso o The Intercept Brasil e o Intercept dos EUA. Em tese, segundo o deputy editor, o Intercept Brasil é uma ONG sem fins lucrativos alimentada pelos lucros da First Look Media. Dessa maneira, de forma completamente distinta do modelo de negócio inaugurado com a profissionalização do jornalismo a partir dos anos 1970 (MATTOS, 2008) no Brasil, quando a produção mainstream tinha como fontes de receita principalmente os assinantes, a venda avulsa e as verbas publicitárias, o The Intercept Brasil segue como vanguardista na produção de jornalismo profissional enquanto negócio.

Nossa vida corporativa é muito diferente de muitas redações. Não estamos conectados com o lado com fins lucrativos. Nosso orçamento é para gastar o dinheiro ao longo do ano fazendo bom jornalismo, de impacto, crescendo em importância sempre. É meio “Ilha da Fantasia”, por enquanto. O que temos que fazer é crescer nas plataformas. A cobrança que existe é que o material tenha impacto. Não sei até que ponto nos cobram lá nos EUA, se há uma métrica pra isso. Internamente existe essa cultura, de fazer render. Além disso, a gente monitora bastante o crescimento de seguidores nas redes sociais e também audiência. Mas não é uma métrica final do tipo “nossa, caiu nossa audiência”. Se nossa comunidade de leitores está crescendo por algum motivo ou se está caindo naquele mês, não é um problema. (DE SANTI, 2019)

Ainda que não haja essa ideia de uma empresa que gere lucros, ao TIB também nutre, embrionariamente, um sistema de doações de leitores, de forma livre, sem contrapartida – como conteúdos exclusivos. Em consulta ocorrida em 08 de outubro de 2019, a plataforma de financiamento coletivo Catarse do TIB registrava R\$ 283.913 em doações por mês, de 9.901 doadores, sendo que a meta estipulada pelo site era R\$60 mi

³⁰. Essa autonomia financeira, segundo de Santi, possibilita uma liberdade editorial inédita no país, consolidando o TIB como um negócio de sucesso.

A captação desses doadores, conforme conta de Santi, tem como principal estratégia o envio de *newsletters*, nas quais sempre há um chamado para que os leitores se tornem contribuintes para somar apoio ao modo de jornalismo desenvolvido pelo Intercept. No momento, pessoas jurídicas não contribuem com doações para o negócio mas, segundo de Santi, não é descartado que, no futuro, sociedades abertas possam vir a contribuir.

Financeiramente, no momento, segundo o deputy editor do TIB, o site é um fenômeno econômico e editorial, com pouca concorrência dentro do meandro que se propôs a abordar. A rápida e “brutal” resposta dos leitores ao conteúdo do TIB, impressionou a sede do Intercept em Nova Iorque, de acordo com de Santi, o que permite ao veículo uma preocupação menor quanto às que comumente tomam o tempo e as estratégias dos velhos jornalões do país.

No entanto, até então tudo isso era em caráter experimental. Um fato jornalístico mudaria o patamar o The Intercept Brasil. A Vaza Jato colocaria a equipe do TIB em evidência em todo o noticiário político, obrigando as empresas de mídia a reverem estratégias e linhas editoriais frente a esse outsider do mercado jornalístico que emplacaria o assunto do ano dentro do jornalismo brasileiro.

3.3 O que foi a Vaza Jato

Iniciada em 9 de junho de 2019, a VAZA JATO, série de reportagens investigativas com base em conversas privadas de diversas autoridades do Ministério Público e da Justiça Federal, começou a expor as entranhas das negociatas e movimentações políticas que a força-tarefa da Lava Jato desenvolveu durante as investigações da operação. Mensagens obtidas pelo TIB, mostravam que Deltan Dallagnol e Sergio Moro, acusação e julgador dos processos levantados pela Lava Jato,

³⁰ Disponível em <<https://www.catarse.me/intercept>> Acesso em 08 de outubro de 2019.

agiram em desrespeito aos Códigos de Ética da Magistratura e do Ministério Público Federal. As gravações mostram combinação de sentenças, indicação de provas à acusação por parte do magistrado federal, divulgação de dados sigilosos da investigação visando utilizar-se publicamente de vazamentos para alcançar objetivos políticos, uso da popularidade da Lava Jato para enriquecimento através de palestras pagas por empresários, quebra de hierarquia jurídica e investigações ilegais a ministros do STF, bem como supostos movimentos antiéticos de próprios ministros do Supremo e o uso da mídia para legitimar as narrativas levantadas pela força-tarefa da Lava Jato, de forma orquestrada junto a assessorias de comunicação. Foram diversas as acusações que as mensagens da Vaza Jato levantaram sobre o proceder dos procuradores do MPF em Curitiba, chefiados por Dallagnol, bem como o até então juiz federal Sérgio Moro.

3.3.1 A primeira Parte: como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro?³¹

Assinado por Glenn Greenwald, Betsy Reed e Leandro Demori, o primeiro capítulo da Vaza Jato foi publicado em 9 de junho de 2019 e anunciava, em uma espécie de editorial, os motivos que levaram o TIB a passar a publicar as três iniciais matérias com as mensagens vazadas de conversas das autoridades, de acordo com o TIB, “mostrando discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado DeltanDallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial”³².

Tendo como base “arquivos enormes e inéditos – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima”, as reportagens prometiam demonstrar comportamentos questionáveis sobre as autoridades citadas. Também traduzido para o inglês e reproduzidos na versão estadunidense do site, as matérias seguiriam sem uma periodicidade definida, mas prometiam mexer com as estruturas do mundo político

³¹ A ortografia dos títulos das reportagens foram mantidas como as publicadas no The Intercept

³²Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

brasileiro. A motivação das publicações, segundo o editorial do TIB, eram as seguintes: “informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso³³”.

“O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários documentos incluíam conversas privadas entre agentes públicos”, obrigou o TIB a tomar decisões jornalísticas sobre que informações deveriam ser noticiadas e publicadas e quais não. Ao fazer esses julgamentos, o site afirma que “empregamos o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo: as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas”³⁴.

Com essa explicação prévia dos porquês os quais a direção editoria do TIB julgava importante que a Vaza Jato existisse, iniciou-se uma série de “Partes” sem periodicidade ou horários fixos para publicação, muitas vezes causando questionamentos sobre os porquês e alguns artigos serem veiculados de madrugada, bem como outras reportagens tiveram espaçamentos longos, como, por exemplo, a 20ª Parte da Vaza Jato: publicado em setembro, não teve publicação seguinte ligada à Vaza Jato em, pelo menos, um mês.

3.3.2 Parte Dois: Procuradores da Lava Jato tramaram em segredo para impedir entrevista de Lula antes das eleições por medo de que ajudasse a ‘eleger o Haddad’

Neste parte, publicado em 9 de junho de 2019, a reportagem apresenta diálogos de um grupo no aplicativo Telegram, no qual procuradores do MPF comentavam, com contrariedade, a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, de permitir que Lula desse uma entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, um dos maiores do país em circulação:

“Um clima de revolta e pânico se espalhou entre os procuradores. Acreditando se tratar de uma conversa privada que jamais seria divulgada,

³³ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

³⁴ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

eles deixaram explícitas suas motivações políticas. A procuradora Laura Tessler logo exclamou: “Que piada!!! Revoltante!!! Lá vai o cara fazer palanque na cadeia. Um verdadeiro circo. E depois de Mônica Bergamo, pela isonomia, devem vir tantos outros jornalistas³⁵ ... e a gente aqui fica só fazendo papel de palhaço com um Supremo desse... ‘ando muito preocupada com uma possível volta do PT, mas tenho rezado muito para Deus iluminar nossa população para que um milagre nos salve’. Uma outra procuradora, Isabel Groba, respondeu com apenas uma palavra e várias exclamações: “Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!”³⁶.

Na reportagem assinada por Glenn Greenwald e Victor Pougny, foi sugerido que os investigadores da Lava Jato tinham motivações políticas no enalço a Lula e, inclusive, afirmavam categoricamente que temiam a volta do Partido dos Trabalhadores ao poder, aventando a possibilidade de agirem para que a entrevista não ocorresse – o que de fato não aconteceu.

3.3.3 Parte Três: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do tríplex

A terceira matéria, divulgada também no dia 9 de junho, bem como as duas anteriores, mostrava mensagens privadas de Dellagnol trocadas com um grupo de procuradores, no qual ele demonstrava receio com o conjunto indiciário levantado para ligar Lula e o triplex a propinas que seriam contrapartida em favorecimentos ao ex-presidente em contratos da Petrobrás.

No dia 9 de setembro de 2016, precisamente às 21h36 daquela sexta-feira, Deltan Dallagnol enviou uma mensagem a um grupo batizado de Incendiários ROJ, formado pelos procuradores que trabalhavam no caso. Ele digitou: “Falarão que estamos acusando com base em notícia de jornal e indícios frágeis... então é um item que é bom que esteja bem amarrado. Fora esse item, até agora tenho receio da ligação entre Petrobrás e o enriquecimento, e depois que me falaram to com receio da história do apto... São pontos em que temos que ter as respostas ajustadas e na ponta da língua”³⁷.

No entanto, mesmo com o receio, o procurador do MPF teve acesso a uma série de reportagens do Jornal O Globo as quais apontavam que a posse do dito triplex era de Lula, de acordo com relatos de funcionários do condomínio no litoral paulista. As matérias de jornais a que o procurador se referiu são as dezenas citadas na peça de

³⁵ A grafia e ortografia das mensagens foi mantida conforme a reprodução delas nas reportagens do Intercept, o que pode incluir erros digitação das próprias pessoas que escreveram as mensagens.

³⁶

³⁷ Disponível em

<https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-tríplex-tríplex-lula-telegram-petrobras/>

Acesso em 08 de outubro de 2019.

acusação. Dallagnol fazia sua última leitura da denúncia e debatia o texto com o grupo, analisando ponto a ponto cada item que seria oferecido à 13ª vara de Curitiba, onde Sergio Moro atuava como juiz.

A teorização de Dallagnol resultaria em um Powerpoint que foi apresentado à imprensa, no qual a acusação afirmava que Lula era chefe de uma quadrilha e o triplex seria a prova cabal. Era necessária a ligação entre o triplex, Lula, OAS e Petrobrás para que o caso fosse julgado em Curitiba por Moro. O então magistrado aceitou a acusação.

3.3.4 Parte Quatro: ‘Não É Muito Tempo Sem Operação?’. Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato

Nesta reportagem, assinada por Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald, publicada em 9 de julho de 2019 – exatos 30 dias da primeira matéria da Vaza Jato – os jornalistas expuseram mensagens que sugeriam que Sergio Moro teria interferido e tutelado ações da força-tarefa da Lava Jato, cobrando o ritmo das investigações, sugerindo mudanças na rotina dos procuradores e, até mesmo, questionando recursos impetrados pelo MPF na Justiça Federal. Um dos diálogos chamou atenção pela posição de submissão a qual Dallagnol se colocava quando interpelado por Moro.

“Talvez fosse o caso de inverter a ordem das duas planejadas”, sugeriu Moro a Dallagnol, falando sobre fases da investigação. “Não é muito tempo sem operação?”, questionou o atual ministro da Justiça de Jair Bolsonaro após um mês sem que a força-tarefa fosse às ruas. “Não pode cometer esse tipo de erro agora”, repreendeu, se referindo ao que considerou uma falha da Polícia Federal. “Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então repassando. A fonte é seria”, sugeriu, indicando um caminho para a investigação. “Deveríamos rebater oficialmente?”, perguntou, no plural,³⁸ em resposta a ataques do Partido dos Trabalhadores contra a Lava Jato.

Em resposta à publicação, a força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas após a publicação da reportagem. Nelas, dedicou especial

³⁸ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>> Acesso em 15 de outubro de 2019.

atenção à “ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes” e disse que sua atuação “é revestida de legalidade, técnica e impessoalidade”.³⁹ Em nenhuma das notas, os procuradores questionaram a veracidade dos diálogos publicados pelo Intercept.

Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que “não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias”⁴⁰. O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do contexto adequado.

3.3.5 Parte Cinco: Os Diálogos De Sergio Moro E Deltan Dallagnol Que Embasaram A Reportagem Do Intercept

Nesse capítulo das série de reportagens publicado em 12 de julho, o TIB optou por, simplesmente, publicar as transcrições completas das conversas que serviram de base para a matéria da parte quatro, que tratava da comunicação e suposta colaboração do órgão julgador, Sérgio Moro, com a acusação, Deltan Dallagnol.

A publicação de trechos na íntegra respondia a uma crítica da imprensa mainstream e de partidários de direita – estes últimos defendiam que as mensagens poderiam estar fora de contexto ou ser forjadas. O TIB, então, explicou o porquê da rotina de publicações e seleção dos conteúdos a serem publicizados, o que pode ser resumido neste trecho da reportagem:

No Intercept, sempre trabalhamos com o princípio de máxima transparência possível. Isso significa que colocamos links para fontes primárias, explicamos por que — excepcionalmente — preservamos a identidade de algumas das nossas fontes e sempre lutamos para publicar os documentos que

³⁹ Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/forca-tarefa-informa-a-ocorrencia-de-ataque-criminoso-a-lava-jato>> Acesso em 15 de outubro de 2019.

⁴⁰ Disponível em <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1560283132.27>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

embasam nossas investigações. São princípios editoriais fundamentais da nossa redação e foram implementados para criar confiança entre nós e nossos leitores. Você não precisa confiar na nossa palavra: avalie os fatos por si mesmo. É sob essa lógica que decidimos publicar hoje a íntegra dos diálogos privados relevantes à reportagem publicada no domingo, que são claramente de interesse público. As conversas ocorreram de outubro de 2015 a setembro de 2017.⁴¹

Dentre todos os capítulos, ou partes das reportagens da Vaza Jato, esta foi a única que, praticamente, divulga exclusivamente conversas do Telegram, sem textos jornalísticos, e no máximo com notas de rodapé e marcações para melhor situar o leitor dentro do assunto – algo completamente diferente na mídia mainstream.,

3.3.6 Parte Seis: ‘A Defesa Já Fez O Showzinho Dela’. Sergio Moro, enquanto julgava Lula, sugeriu à Lava Jato emitir uma nota oficial contra a defesa. Eles acataram e pautaram a imprensa.

Nesta reportagem publicada em 14 de junho de 2019, o TIB expõe conversas na qual Russo, apelido dado pelos procuradores a Moro perfil frio e sério do ex-juiz, similar ao dos russos⁴², incentivava e dava direcionamentos para a assessoria de comunicação do MPF produzir uma nota combatendo as versões da defesa de Lula, que havia sido interrogado dias antes, sobre o processo envolvendo o triplex do Guarujá.

Além disso, nas conversas, é sugerida uma certa proximidade entre Dallagnol e Moro, entre outros procuradores, como exemplificado em troca de elogios, sugestões quanto à lida da investigação e, até mesmo, um certo tom de submissão dos procuradores para com o então juiz federal, como se, de fato, ele fosse o chefe da

⁴¹ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

⁴² A explicação para o apelido foi dada pela jornalista Bela Megale, do jornal O Globo em 9 de julho de 2019. Disponível em <<https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/de-onde-vem-o-apelido-russo-codnome-de-moro-nos-dialogos-da-lava-jato.html>>. Acesso em 9 de outubro de 2019.

força-tarefa da Lava Jato – e não Dallagnol. Em meio a isso, segundo as mensagens reveladas pelo Intercept, Moro se refere como “showzinho” a fala da defesa de Lula.

A partir dessa reportagem, o TIB passou a veicular, ao final de todas as matérias, as mensagens completas, sem edição, mantidas como as originais – incluindo erros de português – e finalizando com o contraponto, sempre através de notas que negavam a autenticidade das mensagens vazadas, dos citados ao longo das matérias.

3.3.7 Parte Sete: ‘Tem Alguma Coisa Mesmo Séria Do FHC?’. Lava Jato fingiu investigar FHC apenas para criar percepção pública de ‘imparcialidade’, mas Moro repreendeu: ‘Melindra alguém cujo apoio é importante’

Nesta reportagem, publicada por Rafael Moro Martins, Amanda Audi, Leandro Demori, Glenn Greenwald e Tatiana Dias, no dia 18 de Junho de 2019, às 19h15, o TIB expôs que Moro tinha uma preferência política e, ao que sugerem as mensagens, uma postura defensiva em relação ao possível envolvimento do ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Na reportagem, é sugerido que Moro indicou aos investigadores que não era interessante avançar na investigação a FHC a menos que tivesse “alguma coisa séria” em que o político tucano estaria envolvido. Nesse aspecto, segundo diálogo entre Moro e Dallagnol, haveria indícios de caixa dois – contribuições para financiamento de campanha não contabilizado legalmente na Justiça Eleitoral, o que pode sugerir propina – na campanha presidencial de 1996. O procurador do MPF, na conversa, considerou algo “pequeno”. Mesmo assim, Dallagnol remeteu a investigação para a Justiça Federal em São Paulo, sem analisar a prescrição (já sabida por ele, mas não confirmada nos autos, ou seja, mesmo que houvesse indícios, o processo não avançaria), para “passar recado de imparcialidade”. FHC nunca foi investigado de fato pela Lava Jato.

3.3.8 Parte Oito: ‘Moro Viola Sempre O Sistema Acusatório’. Chats da Lava Jato revelam que procuradores reclamavam de violações éticas de Moro e temiam que operação perdesse toda credibilidade com sua ida ao governo Bolsonaro

Na publicação de 29 de junho de 2019, assinada pelos jornalistas Glenn Greenwald, Rafael Moro Martins, Leandro Demori e Victor Pougy, foi exposta a intimidade das percepções dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato e da Polícia Federal frente às ações de Moro. Como fica explícito nas mensagens, ele extrapolava sua jurisdição e limites legais durante os julgamentos da Lava Jato, o que era considerado perigoso pelos envolvidos na força-tarefa, que temiam que a legitimidade pública da Lava Jato fosse posta à prova frente à atuação de Moro, o qual “viola sempre o sistema acusatório” segundo disse a procuradora Monique Cheker em 1º de novembro.

Durante toda a reportagem, outras críticas são feitas a Moro por diferentes figuras do MPF, explicitando que a Lava Jato não era composto por um grupo homogêneo. Em alguns momentos, como na crítica a uma possível preferência demonstrada por Moro nas eleições presidenciais.

Três horas depois, o procurador Paulo Roberto Galvão disse no mesmo grupo: “Pessoal, nós somos procuradores da República. Cumprimos a nossa função no combate à corrupção, e não poderíamos ter feito diferente, ainda que soubéssemos que daí poderia advir um eleito antidemocrático (e sabíamos pois estudamos e conhecíamos o risco Berlusconi)”. Para ele, a força-tarefa não poderia ser acusada de ter tentando influenciar as eleições presidenciais, porque só fez o seu trabalho. “Infelizmente, Moro indiretamente e Carlos Fernando diretamente erraram ao deixar transparecer preferência (o primeiro) ou dizer abertamente de sua preferência (o segundo)”, ponderou.⁴³

Neste ponto da série Lava Jato, foi a primeira vez que ficava explícito que a atuação de Moro e Dallagnol era criticada dentro da própria operação – o que, em termos de opinião pública, seria impensável um ano antes.

3.3.9 Parte Nove: A Lava Jato tramou vazamento de delação para interferir na política da Venezuela após sugestão de Sergio Moro

Em mais um episódio que sugere a atuação de Moro para além de suas atribuições como juiz federal, à época, trocas de mensagens sugerem que ele deu a ideia aos procuradores da Lava Jato para que vazassem informações de uma delação premiada ligada a uma empresa que, possivelmente, também seria alvo de investigações

⁴³ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/29/chats-violacoes-moro-credibilidade-bolsonaro/>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

venezuelanas envolvendo o presidente Nicolás Maduro, de modo a influenciar a política interna daquele país.

Ao longo da reportagem, é latente a convicção do MPF do Paraná, entre outros agentes do poder judiciário e político, de que ações da Lava Jato poderiam afetar Maduro, numa clara investida contra o regime do venezuelano.

A pá de cal nessa ideia da Lava Jato foi despejada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, que julgou que o caso não tinha ligação com a Petrobrás e, portanto, não poderia ser explorado por Curitiba.

Mas uma conversa entre procuradores do último dia 12 de abril revela que o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, decidiu que o caso venezuelano não deve ser tocado em Curitiba por não ter relação com a Petrobras. “Estou com sérias dúvidas se podemos prosseguir aqui Cwb com o caso em razão do ‘reconhecimento da incompetência’ da 13VF”, escreveu Orlando Martello no chat Venezuela Dream. “Fachin reconheceu que nos fatos relatados por Euzenando, embora possa ter fatos relacionados ao setor de operação estruturadas (essa era a tese do mpf para manter os termos em Cwb), ele afastou a conexão pq não tem relação com a Petrobras.”⁴⁴

3.3.10 Parte Dez: Deltan Dallagnol usou fama da Lava Jato para lucrar com palestras e livros

Na matéria publicada por Amanda Audi e Leandro Demori, em 4 de Julho de 2019, às 2h03, as mensagens vazadas pelo Intercept revelam o plano de Dallagnol de faturar dinheiro com a fama obtida com a Lava Jato, seja com palestras, ou com livros. Essa foi uma das primeiras reportagens que contaram com a colaboração de outros veículos de comunicação do Brasil – neste caso, o jornal Folha de S. Paulo.

⁴⁴ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/07/07/lava-jato-vazamento-delacao-venezuela/>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

A intenção do procurador do MPF em ganhar dinheiro com a repercussão da Lava Jato foi exposta ao colega de força tarefa da Lava Jato, Roberson Possobon, conforme diálogos abaixo:

A ideia de criar uma empresa de eventos para aproveitar a repercussão da Lava Jato foi manifestada por Dallagnol nos chats em dezembro passado. “Vamos organizar congressos e eventos e lucrar, ok? É um bom jeito de aproveitar nosso networking e visibilidade”, afirmou em conversa com a esposa. No mesmo mês, o procurador e seu colega na força-tarefa da Lava Jato Roberson Pozzobon criaram um chat específico para discutir o tema, com a participação das mulheres de ambos. “Antes de darmos passos para abrir empresa, teríamos que ter um plano de negócios e ter claras as expectativas em relação a cada um. Para ter plano de negócios, seria bom ver os últimos eventos e preço”, afirmou Dallagnol no chat.

A empreitada de Deltan Dallagnol obteve absoluto sucesso. Conforme o TIB, palestras pagas a instituições e associações ligadas ao setor empresarial ou bancário, fora a venda de livros e participação em eventos, renderam-lhe algumas centenas de milhares de reais. Absolutamente nada ilegal.

“Se tudo der certo nas palestras, vai entrar ainda uns 100k limpos até o fim do ano. Total líquido das palestras e livros daria uns 400k. Total de 40 aulas/palestras. Média de 10k limpo”, disse o procurador. Em 2016, Dallagnol havia faturado R\$ 219 mil com as palestras. Como procurador, o coordenador da força-tarefa recebe um salário bruto de R\$ 33.689,11 por mês, conforme o portal de transparência do MPF – um total que pode superar R\$ 430 mil neste ano. Em 2018, ele recebeu cerca de R\$ 300 mil em rendimentos líquidos, sem considerar valores de indenizações.⁴⁶

3.3.11 Parte Onze: Deltan Dallagnol, em chats secretos, sugeriu que Sergio Moro protegeria Flávio Bolsonaro para não desagradar ao presidente e não perder indicação ao STF

A reportagem publicada em 21 de julho de 2019 é assinada pelos jornalistas Glenn Greenwald e Victor Pougy. A matéria explora uma série de conversas de Deltan Dallagnol concordando com procuradores do MPF de que Flávio Bolsonaro mantinha um esquema de corrupção em seu gabinete quando foi deputado estadual no Rio de Janeiro. Segundo os procuradores, o esquema, operado pelo assessor Fabrício Queiroz, era corriqueiro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj): a chamada

⁴⁵ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/>> . Acesso em 15 de outubro de 2019.

⁴⁶ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/>> . Acesso em 15 de outubro de 2019.

“rachadinha”. Funcionários fantasmas nomeados pelos deputados dariam parte dos seus salários ao parlamentar sem trabalhar.

Dallagnol disse que o hoje senador pelo PSL Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República, “certamente” seria implicado no esquema. O procurador, no entanto, demonstrou uma preocupação: ele temia que Moro não perseguisse a investigação por pressões políticas do então recém eleito presidente Jair Bolsonaro e pelo desejo do juiz de ser indicado para o Supremo Tribunal Federal, o STF. Até hoje, como presumia Dallagnol, não há indícios de que Moro, que na época das conversas já havia deixado a 13ª Vara Federal de Curitiba e aceitado o convite de Bolsonaro para assumir o Ministério da Justiça, tenha tomado qualquer medida para investigar o esquema de funcionários fantasmas que Flávio é acusado de manter e suas ligações com poderosas milícias do Rio de Janeiro.⁴⁷

Ao longo de toda a reportagem, outros agentes do Judiciário ou MP demonstram conhecimento de indícios de crimes no gabinete do ex-deputado estadual Flavio Bolsonaro. Ao que parece, não era do interesse da força-tarefa explorar esses episódios.

3.3.12 Parte Doze: Dallagnol recebeu R\$ 33 mil da Neoway, uma companhia de tecnologia, quando ela já estava citada numa delação que tem como personagem central Cândido Vaccarezza, ex-líder de governos petistas na Câmara que foi preso em 2017

Nesta reportagem assinada pelos jornalistas Amanda Audi, Leandro Demori e Rafael Moro Martins, publicada em 26 de julho de 2019, o TIB afirma que o procurador do MPF, DeltanDallagnol, recebeu R\$ 33 mil da companhia de tecnologia Neoway por uma palestra. Segundo a matéria, o procurador já sabia que a empresa havia sido citada em delação premiada de Cândido Vaccarezza, ex-líder de governos petistas na Câmara preso em 2017.

Nas conversas publicadas pela reportagem, Dallagnol chegou a comentar com um colega de que a ligação comercial poderia atrapalhar a força-tarefa. Na mesma

⁴⁷ Disponível em <https://theintercept.com/2019/07/21/deltan-dallagnol-sergio-moro-flavio-bolsonaro-queiroz/> . Acesso em 15 de outubro de 2019.

conversa, o líder da força-tarefa da Lava-Jato julgava que a melhor opção no caso seria declarar-se suspeito. No entanto, ele não chegou a optar por essa opção.

Isso é um pepino pra mim. É uma brecha que pode ser usada para me atacar (e a LJ), porque dei palestra remunerada para a Neoway, que vende tecnologia para compliance eduedilgence, jamais imaginando que poderia aparecer ou estaria em alguma delação sendo negociada. Quero conversar com Vcs na segunda para ver o que fazer, acho que é o caso de me declarar suspeito e não sei até que ponto isso afeta o trabalho de todos (prov tem que ser redistribuído para colega da PRPR e dai designar todos menos eu para assinar). Pensando rapidamente o que provavelmente poderia fazer ou informar: -Não tinha conhecimento, não participei da negociação -assim que tomei, me declarei suspeito e me afastei -a palestra remunerada é autorizada pelo CNMP e se deu em contexto de mercado (lançamento de produto de compliance) e por valor de mercado -já recusei palestra por conflito de interesses, mas nesse caso não foi identificado -como voltará à baila a questão das palestras, a maior parte das palestras é gratuita e grande parte do valor é doado.⁴⁸

Em outro momento da reportagem, outras mensagens dão a entender que procuradores do MPF tinham conhecimento da problemática relação Dallagnol – Neoway. No entanto, a autoridade do líder da força-tarefa da Lava-Jato era respeitada e os outros procuradores não avançaram na discussão devido ao “problema com a Neoway”.

3.3.13 Parte Treze: Deltan foi estrela de encontro com bancos e investidores organizado pela XP ‘com compromisso de confidencialidade’

Publicada em 26 de julho de 2019 e assinada pelos jornalistas Andrew Fishman e Leandro Demori, essa reportagem tratava da relação do procurador Deltan Dallagnol com uma empresa de investimentos e com banqueiros. Ao longo de toda a reportagem, é notório que a relação era bem próxima, sendo que o procurador havia dado mais de uma

⁴⁸ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-dallagnol-palestra-empresa-investigada-lava-jato/>. Acesso em 6 de novembro de 2019.

palestra em eventos ligados à empresa e, por isso, recebeu boa remuneração, na casa das centenas de milhares de reais.

Além disso, a matéria expõe um hábito que Dallagnol passaria a adotar: a utilização das palestras remuneradas para enriquecimento pessoal. A prática não é ilegal e, inclusive, foi motivo de uma nota do Ministério Público em defesa do chefe da força-tarefa da Lava-Jato. No entanto, a reportagem tentou abordar essa rotina de palestras com a empresa para mostrar que a fama obtida na operação era alimentada como fonte de renda para o procurador. Essa é a matéria com menos relação à Lava-Jato de todas as primeiras 20 “fases” da Vaza-Jato.

Dias depois, a corregedoria do Ministério Público abriu uma investigação após a imprensa descobrir que uma agência estava pedindo até R\$ 40 mil por palestras do procurador. Ele afirmou que recebeu R\$ 219 mil por eventos no ano anterior. A Associação Nacional de Procuradores da República soltou uma nota em defesa de Dallagnol.⁴⁹

3.3.14 Parte Quatorze: Deltan Dallagnol incentivou cerco da Lava Jato ao ministro do STF Dias Toffoli

Nesta reportagem publicada em 1 de agosto de 2019, com a colaboração do jornal Folha de S. Paulo, escrita pela jornalista Paula Bianchi, é explicitada a ideia dos procuradores, liderados por DeltanDallagnol, de investigar o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli.

Segundo o material divulgado pelo TIB, a Lava-Jato tinha indícios sobre um possível recebimento de benefícios por parte de Toffoli, oriundos de uma das construtoras investigadas pela operação, a OAS. Nas mensagens, é sugerido por Dallagnol que a investigação avançasse em direção ao discurso de um advogado da OAS que teria citado em delação premiada a ligação do magistrado do STF com a empresa.

⁴⁹ Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-encontro-secreto-bancos-xp/>>. Acesso em 06 de novembro de 2019.

A sugestão de Dallagnol se chocava com limites legais impostos pela Constituição do Brasil. No entanto, segundo as mensagens, o procurador do MPF já visualizava o ministro do STF como um possível oponente à Lava-Jato, podendo prejudicar seu andamento.

Ministros do STF não podem ser investigados por procuradores da primeira instância, como Dallagnol e os demais integrantes da força-tarefa. A Constituição diz que eles só podem ser julgados pelo próprio tribunal, onde quem atua em nome do Ministério Público Federal é o procurador-geral da República. As mensagens examinadas pela Folha e pelo Intercept mostram que Dallagnol desprezou esses limites ao estimular uma ofensiva contra Toffoli e sugerem que ele também recorreu à Receita Federal para levantar informações sobre o escritório de advocacia da mulher do ministro, Roberta Rangel.⁵⁰

3.3.15 Parte Quinze: Deltan e Lava Jato usaram Vem Pra Rua e instituto Mude como lobistas para pressionar STF e governo

Na reportagem publicada em 12 de agosto de 2019, assinada por Rafael Neves e Rafael Moro Martins, é descrita a influência de Dallagnol na organização de pautas do movimento Vem Pra Rua. Desenvolvendo atividades, principalmente, na internet e em manifestações nas ruas, o movimento recebeu notoriedade por concentrar esforços em passeatas contra a esquerda e, de maneira mais incisiva, a favor do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

O Vem Pra Rua é liderado, segundo a reportagem, por Rogerio Chequer, figura ligada à política do estado de São Paulo – tendo, inclusive, em 2018, se candidatado a governador daquela unidade da federação e feito campanha para Jair Bolsonaro. A ligação com o grupo era feita por uma procuradora paulista, que mediou os contatos de Dallagnol com o movimento.

Próxima a Dallagnol, a procuradora Thaméa Danelon, ex-integrante do braço paulista da Lava Jato – que chegou a coordenar por menos de dois meses no fim de 2018, quando repentinamente pediu para deixar o grupo –, em várias ocasiões

⁵⁰ Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/01/deltan-incidentou-cerco-lava-jato-toffoli/>>. Acesso em 06 de novembro de 2019.

funcionou como ponte com o Vem pra Rua, revelam as mensagens recebidas pelo Intercept de uma fonte anônima.⁵¹

Além do Vem Pra Rua, o Mude – movimento contra a corrupção, também com influência sobre as manifestações de rua de direita – também foi acionado pelo procurador. Sempre deixando claro o quanto suas opiniões deveriam ser consideradas *em off*, Dallagnol demonstrava que sabia o quanto suas posições poderiam ser consideradas antiéticas se publicizadas. No entanto, ele aconselhou a ambos grupos políticos.

Nas conversas, Dallagnol foi consultado e emitiu opiniões de quem seria um bom relator da Lava-Jato no STF depois da morte de Teori Zavascki, ministro que faleceu em acidente aéreo em 2017. As mensagens divulgadas pelo TIB revelam que Dallagnol concentrou suas opiniões para o Vem Pra Rua de maneira a influenciá-los a se manifestar contra certos nomes do STF, como os ministros Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandoski e Gilmar Mendes, por exemplo.

Segundo a opinião do chefe da força-tarefa, nomes como os citados não seriam bons para a operação Lava-Jato. O Vem Para Rua, por intermediação da procuradora do MPF em São Paulo, demonstrou-se favorável a aceitar a opinião de Dallagnol para nortear as manifestações de quem seria um bom relator para o andamento da operação.

Dias depois, em 24 de janeiro, o Mude pediu ao procurador uma “orientação sobre quem seria ideal pra assumir a posição do Teori”. A co-fundadora Patricia Fehrmann explicou que “tem muita gente perguntando o q fazer. O VPR é um desses”, referindo-se ao Vem Pra Rua. O procurador declinou. “Não podemos nos posicionar. Queimamos a pessoa rrsrsrs”.⁵²

Deste modo, a reportagem sugere que a Lava-Jato se utilizou desses movimentos políticos de maneira a fazer pressão no STF para chegar até um nome agradável para a operação. A prática, citada pelo TIB como lobby, também incluía, segundo as

⁵¹ Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/11/deltan-lava-jato-venpraru-lobby-stf/>>; Acesso em 06 de novembro de 2019.

⁵² Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/11/deltan-lava-jato-venpraru-lobby-stf/>> Acesso em 06 de novembro de 2019.

mensagens, a sugestão aos movimentos de materiais multimídias para os fins estipulados por Dallagnol. Por fim, o relator da Lava-Jato no STF se tornou o ministro Edson Fachin – um nome fora dos citados como “ruins” por Dallagnol.

3.3.16 Parte Dezesesseis: Lava Jato usava chats para pedir dados fiscais sigilosos sem autorização judicial ao atual chefe do Coaf

Assinada por Leandro Demori e Paula Bianchi, sob o selo da parceria com a Folha de S. Paulo e publicada em 19 de agosto de 2019, essa matéria demonstrava que, através de um contato dentro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Justiça (Coaf), órgão que detém informações sigilosas sobre a vida econômica de todos os cidadãos da federação, a investigação da Lava Jato conseguia dados sigilosos sem mandado. Tal prática é ilegal.

A fonte dentro do Coaf era Roberto Leonel, que chefiava a área de inteligência da Receita Federal em Curitiba. Segundo a matéria do TIB, Dallagnol sinalizou aos procuradores da força-tarefa que pediria “via Leonel” dados sobre pessoas ligadas ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, entre outros, para endossar as teses da investigação. Essas informações só poderiam ser fornecidas para a investigação por meio de mandado expedido por um juiz para a quebra de sigilo.

Em 15 de fevereiro daquele 2016, Dallagnol sugeriu aos colegas no grupo 3Plex que pesquisassem as declarações anuais de imposto de renda do caseiro Elcio Pereira Vieira, conhecido como Maradona. “Vcs checaram o IR de Maradona? Não me surpreenderia se ele fosse funcionário fantasma de algum órgão público (comissionado)”, disse. “Pede pro Roberto Leonel dar uma olhada informal”. Uma semana depois, Moro autorizou a quebra do sigilo fiscal do caseiro. No processo que trata do sítio, no entanto, não há nenhuma informação do Fisco sobre ele, nem sinal de que a hipótese de Dallagnol tenha sido checada.⁵³

A contribuição de Leonel renderia uma posição no Ministério da Economia do governo de Jair Bolsonaro, em 2019. Segundo demonstra a reportagem, o nome do

⁵³ Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/18/lava-jato-dados-sigilosos-chefe-coaf/>>. Acesso em 06 de novembro de 2019.

ex-diretor de Inteligência da Lava-Jato teria sido levado pelo ex-juiz federal Sérgio Moro.

3.3.17 Parte Dezessete: Corregedor-geral do MPF acobertou confissão de procurador da Lava Jato que pagou por outdoor ilegal

Publicado em 26 de agosto de 2019 e assinada pelos jornalistas Amanda Audi, Rafael Neves e Victor Pougy, esta reportagem do TIB, mais uma vez, expõe fatos não diretamente ligados aos investigados pela Lava-Jato. A matéria centra-se às mensagens trocadas entre membros do MPF e da força-tarefa da Lava-Jato.

Especificamente, as mensagens demonstram que Dallagnol e membros do MPF sabiam, inclusive o corregedor-geral, que um membro da Lava-Jato havia pagado um *outdoor* com publicidade a favor da operação no Paraná. Tal prática é ilegal. No entanto, segundo a matéria, o corregedor-geral Oswaldo Barbosa, mesmo sabendo e obtendo a confissão do integrante da Lava-Jato que teria pago pelo outdoor, o mais jovem procurador da operação, Diogo Castor de Mattos, teria ignorado a denúncia. Não remetendo ao Conselho de Ética do MPF, tampouco punindo a prática.

Além disso, conforme as mensagens divulgadas, em grupos de procuradores do MPF, Dallagnol teria explicitado que também sabia da prática ilegal. O conteúdo de um ofício que seria submetido a Barbosa foi colocado ao crivo dos membros do MPF ligados à Lava-Jato, em um grupo do Telegram, em 2018:

Senhor Corregedor, Cumprimentando-o, dirijo-me a V. Exa. para informar, em nome dos colegas que integram a força-tarefa da operação Lava Jato, que o procurador Diogo Castor de Mattos, afastado nesta data por razão psiquiátrica, comunicou aos procuradores que custeou com recursos próprios, por iniciativa de um amigo do seu relacionamento particular, a publicação de outdoor com imagem e mensagem de reconhecimento dos trabalhos da Lava Jato, nesta cidade, em março deste ano. O referido procurador informou ainda que encaminhou ofício a V. Exa., nesta data, solicitando audiência para reportar voluntariamente o fato a essa Corregedoria. Temos conhecimento ainda de que o referido procurador vem se submetendo a tratamento psiquiátrico desde dezembro de 2018 e, nesta data, afastou-se dos trabalhos por determinação médica. O procurador Diogo Castor de Mattos, também, pediu formalmente o afastamento definitivo dos trabalhos da Lava Jato, fundamentando seu afastamento em quadro de estafa de caráter físico, emocional e intelectual (ofício 2706/2019-PRPR/FT – PRPR00023953/2019). Nesta mesma data, foi solicitado seu afastamento à Exma. Procuradora-Geral da República. Estamos

reportando essa situação a V. Exa. assim que tomado conhecimento do fato, colocando-nos à disposição para qualquer esclarecimento complementar. Certos de sua atenção, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.⁵⁴

No entanto, através de áudios, a reportagem demonstra que o caso foi abafado pelas autoridades competentes e, ainda que não tenha atuado mais na operação sob a prerrogativa de uma licença médica, o procurador que teria pago o outdoor nunca sofreu nenhuma punição. Na matéria, é explicitado que o colega dos procuradores seria protegido.

3.3.18 Parte Dezoito: Dallagnol mentiu, Lava Jato vazou sim informações das investigações para a imprensa — às vezes para intimidar suspeitos e manipular delações

Publicada em 29 de agosto de 2019 e assinada por Gleen Greenwald e Rafael Neves, esta reportagem demonstrava, por chats secretos, que integrantes da Lava Jato vazaram informações sigilosas da investigação, o que é ilegal, para a imprensa. Pela primeira vez, jornalistas também eram expostos pela reportagem do TIB, ainda que a identificação deles não fosse dada.

Nas conversas, que aconteceram em 2015, procuradores admitem que fazem vazamentos e, também, objetivam incentivar investigados a fazerem acordos de delação premiada. Em troca de mensagens expostas na matéria, Carlos Fernando Santos Lima, um dos membros do MPF que atuava na Lava Jato em Curitiba, afirmava que a sua prática tinha meta precisa: “meus vazamentos objetivam sempre fazer com que pensem que as investigações são inevitáveis e incentivar a colaboração”⁵⁵.

Em outro trecho das conversas, ao contrário do que Dallagnol havia afirmado publicamente em entrevistas⁵⁶, é nítido o vazamento de informações sobre uma colaboração da Justiça dos Estados Unidos em uma investigação sobre a construtora

⁵⁴ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/08/26/lava-jato-procurador-audios-outdoor/>>. Acesso em 9 de novembro de 2019.

⁵⁵ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa/>>. Acesso em 06 de novembro de 2019.

⁵⁶ Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39563794>>. Acesso em 06 de novembro de 2019

Odebrecht diretamente a um repórter do jornal O Estado de S. Paulo, o qual teve seu nome suprimido. Dallagnol afirma, na conversa, as informações e questiona se serão publicadas, seguido pela afirmação do repórter. Ainda, o chefe da força-tarefa divulgou em um grupo de procuradores que tinha vazado a informação para o Estadão e que a matéria seria capa da edição do jornal, o que de fato ocorreu. Ou seja, segundo a matéria, os procuradores sabiam da prática dos vazamentos e sabia de sua ilegalidade, vide solicitação de Dallagnol a um repórter, pedindo que a informação não fosse ligada ao seu nome.

3.3.19 Parte Dezenove: Deltan avaliou concorrer ao Senado, deixou em aberto tentar em 2022 e via necessidade de o MPF ‘lançar um candidato por Estado’

Publicada em 3 de setembro de 2019, e assinada por Rafael Martins e Rafael Neves, essa matéria expôs que Dallagnol tinha a ideia de concorrer ao Senado brasileiro em 2018 ou 2022. Em uma mensagem pra si mesmo, numa espécie de memorando com suas reflexões, em um longo texto, o líder da força-tarefa da Lava Jato via questionava-se os prós e contras de uma possível eleição para representar o Paraná como senador. Na mensagem enviada para ele mesmo em 2016, Dallagnol sabia que uma eventual desvinculação com a operação poderia ser prejudicial para a força-tarefa, levantando a possibilidade de atuação partidária dos membros do MPF, o que é vedado pelo Código de Ética dos procuradores.

No entanto, Dallagnol nunca chegou a por o plano em prática mesmo julgando ter apoio de membros da Lava Jato e, até mesmo, viabilidade eleitoral, tendo em vista que via a possibilidade de ser eleito de maneira fácil. Ao longo dos chats expostos pelo TIB, de conversas em 2017, com diferentes figuras do MPF e da Lava Jato, fica explícito que havia uma motivação por parte de apoiadores de Dallagnol para que, de fato, ele se candidatasse. Porém, em todas as conversas expostas pela reportagem, o chefe da força-tarefa da Lava Jato sempre desconversava, evitando a exposição.

Em uma conversa com Vladimir Aras, então chefe da Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria Geral da República e primo de Augusto Aras, procurador

do Ministério Público que viria a ser nomeado por Bolsonaro como Procurador Geral da República no mesmo mês da matéria, Dallagnol sugere outra ação. A troca de mensagens ocorreu em dezembro de 2016. Para Deltan, o ideal seria que o MPF lançasse um candidato em cada estado brasileiro. Para Vladimir Aras, a eleição de Dallagnol no Paraná seria fácil e tiraria uma das vagas ocupadas por Gleisi Hoffmann (na Partido dos Trabalhadores) e Roberto Requião (Movimento Democrático Brasileiro), considerados por ele “inimigos” da Lava Jato.

3.3.20 Parte Vinte: Moro autorizou devassa na vida de filha de investigado da Lava Jato para tentar prendê-lo

Nessa reportagem, publicada em 11 de setembro e assinada pelos jornalistas Rafael Neves e Leandro Demori, são expostas técnicas de pressão adotadas pela Lava Jato, sob a “autorização” do então juiz federal Sérgio Moro, para tentar prender o empresário luso-brasileiro Raul Schmidt, suspeito de ser operador de propinas em contratos da Petrobrás.

A investigação teria arquitetado a retenção do passaporte da filha do empresário para forçar a sua detenção, de modo a evitar a pressão sobre sua familiar. Na época morando em Portugal, Schmidt chegou a ser preso por 12 dias, em 2016. No entanto, ele foi solto e passou a responder em liberdade. Na primeira chance que tiveram, a força-tarefa da Lava-Jato contactou Moro pedindo para que os esforços fossem concentrados na filha do empresário, de modo a evitar que ela saísse do país. Nesta tentativa, o juiz federal declinou ao pedido da equipe de Dallagnol. O MPF tentou outra vez, também declinada. No entanto, na terceira, o juiz federal acatou o pedido da investigação e determinou o recolhimento do passaporte da filha do empresário, após Schmidt fugir da extradição, após ter sido solto, em 2018.

Desta vez, Moro acatou o desejo dos procuradores, sem qualquer incremento nas provas contra ela. O MPF não fez nenhum adendo ao processo, apenas reapresentou o pedido que fizera em fevereiro. Nathalie teve o passaporte retido e foi alvo de busca e apreensão em casa, no Rio de Janeiro, em 24 de maio. Nessa busca, segundo a defesa dela alegou quatro dias depois em pedido de habeas corpus ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, “três agentes da Polícia Federal portando metralhadora ingressaram na residência da paciente de forma truculenta, exigindo,

aos berros, que ela revelasse o atual paradeiro do seu genitor, sob ameaça de ‘evitar dor de cabeça para seu filho’”, referindo-se à criança dela, um menino então com sete anos.⁵⁷

No próximo capítulo, apresentaremos uma discussão sobre o conceito de Jornalismo Investigativo para que possamos, posteriormente, responder nosso problema de pesquisa.

⁵⁷ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/09/10/moro-devassa-filha-investigado/>>. Acesso em 9 de novembro de 2019.

4. JORNALISMO INVESTIGATIVO

Alguns jornalistas, quando questionados sobre a definição de jornalismo investigativo, tendem a dizer que a expressão é redundância (NASCIMENTO, 2010). O argumento que baseia a afirmação é de que todo o fazer jornalístico deveria ser uma investigação, caso contrário não seria jornalismo. Profissionais conhecidos no Brasil, como o apresentador e jornalista Roberto Cabrini, do SBT, que afirmou que todo jornalismo deve ser investigativo na 24ª edição do Congresso da Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert), em outubro de 2017⁵⁸, concordam com essa visão’.

Estudiosos como Leandro Fortes (2005), Cleofe Monteiro de Sequeira (2005) e o já citado Solano Nascimento (2010) desenvolveram obras nas quais tentaram delimitar o que, de fato, é o jornalismo investigativo, suas peculiaridades, características gerais e exemplos de reportagens investigativas que marcaram na história recente dos Estados Unidos e do Brasil. De início, os três tem noções diversas sobre a afirmativa “todo jornalismo é investigativo”.

A primeira problemática que se apresenta nas três obras citadas é a da definição de jornalismo investigativo. De início, em Nascimento (2010), já se tem uma noção da dificuldade dessa caracterização, dado que, segundo ele, as matérias investigativas são minoria e, atualmente, muitas matérias premiadas como investigativas não necessariamente o são, o que é reforçado por Fortes (2005). Para defender essa afirmação, Nascimento (2010) questiona se uma matéria jornalística com base em um comunicado oficial governamental veiculado na imprensa em um curto espaço de tempo pode ser considerada jornalismo investigativo. Para ele, não houve nenhum trabalho de investigação por parte do repórter nesse exemplo citado (NASCIMENTO, 2010, p.14).

Essa visão é rechaçada por Sequeira (2005). Para o autor, todo trabalho jornalístico pressupõe algum tipo de investigação. No entanto, bem como Fortes (2005)

⁵⁸ Disponível em:

<<http://coletiva.net/especiais-24-congresso-da-agert/-todo-jornalismo-deveria-ser-investigativo-defende-roberto-cabrini.230747.jhtml>> Acesso em 25 de novembro de 2019.

e Nascimento (2010), o Sequeira acredita que “há especificidades que delimitam o que é jornalismo investigativo da rotina diária da redação”. Fortes (2005) chama atenção para a questão do desenvolvimento da tecnologia. Segundo ele, antes dos buscadores como Google, saber a correta grafia do nome de um presidente dos Estados Unidos, por exemplo, demandava uma verdadeira investigação. Numa palavra, necessitava de fontes. O jornalista, segundo Fortes (2005), deveria se debruçar sobre planilhas, dados, documentos oficiais e consultar fontes especializadas para obter as informações. Ou seja, se tratava de um processo de pesquisa mais difícil do que atualmente. Hoje, segundo o autor, as informações que não estiverem disponíveis na internet podem ser obtidas diretamente com as assessorias de imprensa .

Segundo Nascimento (2010), o jornalismo investigativo pode ser definido pelo tipo de tema que ele aborda. Com base no trabalho do acadêmico argentino Silvio Waisbord (2000 apud NASCIMENTO, 2010), caracteriza o jornalismo investigativo como a busca por irregularidades envolvendo pessoas ligadas às posições de poder, como governos entre outras autoridades. Seria uma espécie de jornalismo de cão de guarda, segundo Nascimento (2010). Outra possível definição do jornalismo investigativo levantada por Nascimento é relacionada à reação que ele gera São reportagens, , que mexem com a opinião pública, que têm influência nas tomadas de decisão dos governos a partir de denúncias que provoquem surpresa e revolta no público, ocasionando mudanças na sociedade. Se trata do jornalismo que causa indignação (NASCIMENTO, 2010, p. 15).

A definição que aparece pormenorizada nos livros de Fortes, Sequeira e Nascimento trata especificamente sobre a forma como as matérias são produzidas. Segundo Fortes (2005), é o modo como a apuração de uma matéria é feita, seu contexto, que definirá se trata-se de uma reportagem investigativa.

No geral, as técnicas de jornalismo são muito parecidas em suas diversas matizes, com alterações aqui e ali de método e circunstância. Grosso modo, o resultado final de uma reportagem, seja de jornal, rádio, TV ou internet, é fruto da apuração de um fato pelo repórter a partir de fontes diversas, documentais ou pessoais. O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o

tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão. (FORTES, 2005, p. 35).

Fortes (2005) divide essa técnica em 14 fases que perpassam o processo desde a pré-produção da matéria até a redação final. Elas reúnem processo de apuração, pesquisa, dados, entrevistas, entre outros atributos necessários para uma reportagem investigativa. Já Serqueira (2005) expõe o modelo utilizado por Paul Williams (1978 apud SEQUEIRA 2005) o qual, segundo o autor brasileiro, seria um padrão dentro do jornalismo estadunidense. Esse método se repartiria em metade das fases propostas por Fortes, consistindo em sete etapas, divididas em 1) escolha do tema; 2) estudo de viabilidade da pauta; 3) organização do trabalho de investigação, levantando as questões logísticas, técnicas e de pessoal para desenvolver a investigação; 4) a documentação escrita; 5) as entrevistas das fontes relacionadas com a investigação; 6) a publicação da reportagem e 7) o acompanhamento da repercussão e desdobramentos dessa reportagem (SEQUEIRA, 2005).

Outras diferenças do jornalismo investigativo para o diário, como prazos, possibilidade de aprofundamento e pormenorização de assuntos complexos também são citados por Nascimento, com base no trabalho dos jornalistas estadunidenses Ettema e Glasser (1998 apud NASCIMENTO, 2010). No entanto, o acadêmico brasileiro dá destaque para as definições de publicações estadunidenses ligadas a organizações de jornalismo investigativo de atuação naquele país e no mundo. Um exemplo é o de Lucinda Fleesson (2000 apud NASCIMENTO, 2010), em trabalho produzido para o *International Center For Journalists* – organização privada sem fins lucrativos que promove cursos para jornalistas de todo o mundo – no qual a autora norte-americana separa duas características que definem o que jornalismo investigativo: 1) a autoria do trabalho, 2) o fato de ser um produto de investigação por parte do repórter, não unicamente uma reprodução de uma investigação de autoridades, ou seja, a originalidade da investigação levantada pelo jornalismo (NASCIMENTO, 2010).

Em 1983, quatro décadas antes da obra de Fleesson, a *Investigative Reporter and Editors* (IRE), publicou um manual de jornalismo investigativo que listava três pré-requisitos para que uma reportagem fosse considerada investigativa: 1) a investigação deve ser trabalho de repórter, não uma reportagem sobre uma investigação

feita por outra pessoa; 2) o tema da reportagem deve ser de relativa importância para o leitor ou espectador; e 3) o assunto deve ser algo que esteja sendo escondido do público (NASCIMENTO, 2010).

As definições de Fleesson e da IRE citadas por Nascimento (2010) explicitam o quanto a atuação do repórter no desvelamento da investigação é essencial. É um trabalho, segundo Fortes (2005) e Nascimento (2010), que se confunde com o que eles chamam de jornalismo de investigações, que muitas vezes são premiados como grandes reportagens investigativas quando, na verdade, não partiram diretamente do repórter e, sim, de órgãos públicos ligados à investigação policial, judicial ou financeira. Fortes (2005) destaca essa necessidade da atuação do repórter, enfatizando a entrega física e mental que uma investigação necessita, diferenciando-se de um repórter comum pelas “circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sob pressão“ (FORTES, 2005, p.35).

Petra Secanella (1986 apud NASCIMENTO, 2010), de forma similar à IRE, delimita três características para definição do jornalismo investigativo: 1) a reportagem precisa ser resultado unicamente do trabalho jornalista, não com base em informações de outros profissionais, como polícia ou assessorias de imprensa; 2) que o tema da reportagem seja de interesse de grande parte da população; e 3) que os investigados tentem esconder do público as informações que o jornalista esteja investigando. O jornalista e pesquisador Daniel Santoro definiu o jornalismo investigativo na mesma linha que Secanella, em três passos, com semelhantes características, também salientando a necessidade de a investigação não poder partir de outros órgãos que não o próprio jornalista (2004 apud NASCIMENTO, 2010).

Logo, segundo as definições da IRE, de Flession, Secanella e Santoro citadas por Nascimento (2010), fica nítida a problemática que envolve algumas reportagens fruto de vazamentos de terceiros serem consideradas investigativas. Para esse impasse, Nascimento argumenta:

Todas essas definições, feitas por jornalistas ou pesquisadores, têm um traço em comum: o jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descoberta por terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por algum

investigador que não seja o jornalista não são considerados jornalismo investigativo. (NASCIMENTO, 2010, p. 21)

Tendo em vista essa máxima explícita em todos os autores citados, a primazia da atuação do jornalismo ativamente como investigador, grandes reportagens como a do vazamento do relato de um porteiro que ligava o presidente Jair Messias Bolsonaro à morte da veradora do Rio de Janeiro Marielle Franco, divulgada pela TV Globo no Jornal Nacional, em 29 de outubro de 2019⁵⁹ seria considerada investigativa? A resposta de Nascimento seria não, porque o vazamento partiu de dentro do grupo de investigação e foi repassada para o repórter.

No entanto, Kovach e Rosenstiel (2003) defendem uma categorização dentro do jornalismo investigativo que pode esclarecer a confusão que exemplos como o citado acima podem causar. Para a dupla de pesquisadores estadunidenses, existem três tipos diferentes de reportagens que lidam com investigações: 1) a reportagem investigativa original; 2) a reportagem investigativa interpretativa; e 3) a reportagem sobre investigações – esta última a que se trataria a reportagem do caso Marielle citada neste estudo.

A reportagem investigativa original é o modelo clássico de jornalismo investigativo (NASCIMENTO, 2010). Trata-se do jornalista no centro do desvelamento das informações que estavam escondidas, por iniciativa própria deste profissional, partindo de sua própria pesquisa e estudo de pauta. É o tipo de reportagem que pode exigir que o repórter utilize de táticas policiais, uso de informantes, consultas a documentos públicos e até trabalho secreto (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, apud NASCIMENTO, 2010).

A principal diferença entre uma reportagem investigativa original e a reportagem investigativa interpretativa é que não necessariamente se trata de fatos desconhecidos. Uma reportagem investigativa interpretativa pode desvelar novos desdobramentos com base em documentos já conhecidos, utilizando-se das mesmas ferramentas de investigação que uma reportagem investigativa original. São nuances levantadas pelo repórter sobre assuntos complexos, novos olhares que dantes não haviam sido

⁵⁹ Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8044834/>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

explorados e que, igualmente, têm peso na opinião pública e produzem efeitos na visão da população sobre esse fato já conhecido. Kovach e Rosenstiel (2003 apud NASCIMENTO, 2010) citam como exemplo o *Pentagon Papers*, na década de 1960, quando a interpretação de documentos obtidos pelo jornal *The New York Times*, analisados por um grupo de jornalistas e especialistas que demonstraram que, apesar do discurso do governo de que as tropas estadunidenses estaria vencendo a Guerra do Vietnã (1961-1975), o exército dos EUA não estava em vantagem no conflito bélico. Sem essa interpretação minuciosa dos documentos, as informações neles publicadas de nada serviria para o grande público (NASCIMENTO, 2010)

O terceiro tipo de jornalismo investigativo citado por Kovach e Rosenstiel (2003) é o jornalismo sobre investigações. Esse tipo, diferentemente dos outros dois citados, não tem no jornalista o centro ativo da investigação. Reportagens sobre investigações se baseiam em acompanhamentos de investigações oficiais com base em informações oficiais, vazamentos de membros de investigadores ou fontes ligadas à investigação (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003 apud NASCIMENTO, 2010). Um exemplo citado pelos autores americanos é o escândalo *Leminsky*, que culminou com a abertura do processo de impeachment do presidente dos EUA Bill Clinton, em 1999. Nesse caso, as informações que levaram à acusação do político por obstrução da justiça partiram de vazamentos de um promotor de Justiça independente. Nascimento (2010) explica:

[...] é o caso do envolvimento do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky, que virou escândalo em 1998. Grande parte das matérias publicadas sobre o caso se originou na investigação do promotor independente Kenneth Starr e em informações vazadas por funcionários da Casa Branca. Kovach e Rosenstiel não desmerecem esse tipo de reportagem, que trata basicamente da divulgação de investigações em andamento, mas apontam alguns riscos, e o principal deles é a dependência muito grande do repórter em relação à fonte. Como têm acesso só à parte da investigação que lhes é liberada, os jornalistas não tem controle sobre o processo. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, apud NASCIMENTO, 2010, p.21)

Com base nesse escopo teórico, cabe questionar como então podem ser definidas matérias que revelam mal feitos de investigadores e julgadores com base em material obtido por hackers de maneira ilegal. A questão ética envolvida não será discutida nesse trabalho. No entanto, a Vaza Jato pode ser considerada jornalismo investigativo? É o que discutiremos no próximo capítulo.

5. A VAZA JATO É JORNALISMO INVESTIGATIVO?

Até aqui vimos que a multiplicidade de exposições de variados estudiosos que se debruçaram sobre a definição do que é jornalismo investigativo se afunila em algumas características-base nas quais se pode fiar uma boa reportagem investigativa. Passaremos à identificação dessas características nas reportagens da Vaza Jato.

Começando pela caracterização de Waisbourd (2000 apud NASCIMENTO, 2010), que definia que o jornalismo investigativo deve ser marcado pela busca de irregularidades de poderosos e autoridades, temos alguns pontos fora da curva na série da Vaza Jato. As partes 10, 13 e 19, ainda que todas tenham como “investigados” poderosos, como o procurador Deltan Dallagnol, não demonstram irregularidades ou malfeitos. Um exemplo é a parte 19, publicada em 3 de setembro de 2019, que trata sobre a venda de palestras do chefe da força-tarefa da Lava Jato à bancos e empresas de investimento. Tal prática não é irregular, como a própria reportagem deixa claro ao final. O Conselho Nacional do Ministério Público também chancelou a legalidade das palestras dois meses depois da matéria, considerando as atividades normais em decisão na Corregedoria MP, arquivando o processo logo depois.⁶⁰

Da mesma maneira, a reportagem 10, publicada em 14 de julho, mostrava mensagens que expunham estratégias do procurador de se remunerar por meio da venda de livros e palestras utilizando-se do reconhecimento obtido na operação Lava Jato. No entanto, bem como a reportagem parte 19, a prática não é ilegal. Bem como ambas as citadas, a matéria que trata de uma palestra específica proferida por Dallagnol a uma empresa de investimentos, a reportagem parte 13, também não guarda nenhuma irregularidade ou mal feito. As demais partes, tratam de irregularidades cometidas por “poderosos”.

Já com base na definição de Lucinda Fleeson (2000 apud NASCIMENTO, 2010), quanto à necessidade de uma reportagem investigativa ser um trabalho original sem ligação com investigações oficiais de autoridades competentes, todas as

⁶⁰ Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2017-nov-28/cnmp-palestras-dallagnol-foram-corretas-filantropicas>> .
Acesso em 2 de dezembro de 2019.

reportagens do The Intercept são baseadas em mensagens vazadas ilegalmente e não são fruto de nenhuma investigação formal da Justiça ou da Polícia Federal do Brasil. Os repórteres e editores tiveram um trabalho de apuração do material, confirmando identidades de pessoas através de pesquisas aprofundadas, o que não foi fornecido pela fonte do vazamento. A definição de Bob Greene (1991 apud NASCIMENTO, 2010) também é contemplada por essa característica da Vaza Jato. O TIB recebeu o arquivo, conforme o site mesmo afirmou, e fez uma checagem seguida de uma seleção do que deve ou não ser exposto, de modo que, segundo o TIB, somente material de interesse público fossem publicados.

Informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões foram os princípios que nos guiaram durante essa investigação, e continuarão sendo conforme continuarmos a noticiar a enorme quantidade de dados a que tivemos acesso. O enorme volume do acervo, assim como o fato de que vários documentos incluem conversas privadas entre agentes públicos, nos obriga a tomar decisões jornalísticas sobre que informações deveriam ser noticiadas e publicadas e quais deveriam permanecer em sigilo.⁶¹

Com a garantia do interesse público envolvido e a relevância das 20 publicações pode-se observar nas reportagens do TIB as definições da IRE, de Secanella (1968 apud NASCIMENTO, 2010) e Santoro (2004 apud NASCIMENTO, 2010). A dificuldade envolvida no desvelamento dessas informações (FORTES, 2005), demandando prazos diferentes da rotina diária das redações (SEQUEIRA, 2005), e obstáculos na obtenção dessas informações (SANTORO, 2004, apud NASCIMENTO, 2010) também podem ser observados na Vaza Jato. A periodicidade das publicações, sem ritmo ou horários iguais em todas as matérias, é um exemplo do que Fortes (2005) cita como diferenciador das matérias diárias para as investigativas, sua duração de apuração.

Na Vaza Jato, 94 dias separam a primeira reportagem da 20ª, uma média de uma reportagem a cada 4,7 dias, fugindo completamente da lógica hardnews diária das redações ao redor do mundo. A Vaza Jato se aprofundou no arquivo secreto bruto oferecido pela fonte, informando ao público que os dados ultrapassariam, em quantidade, os vazados anos antes por Edward Snowden, no escândalo da CIA e da

⁶¹ Disponível em <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>> Acesso em 01 de dezembro de 2019.

NSA, segundo o próprio Glenn Greenwald⁶². O TIB criou uma rede de conexões entre os arquivos através de apuração e checagem, permitindo a compreensão dos arquivos para além das mensagens frias disponibilizadas em páginas de conversas, imagens e áudios interceptadas pela fonte que disponibilizou ao público.

Nesse ponto, lembremos de Kovach e Rosenstiel (2003), e as definições de jornalismo que lidam com investigações: a reportagem investigativa original, a reportagem investigativa interpretativa e a reportagem sobre investigações. Em reportagens como as da Vaza Jato, podemos observar, reportagens investigativas originais ou interpretativas. Em partes como a de número 18, que demonstra que Dallagnol havia mentido à opinião pública que não havia vazado informações sobre as investigações para a imprensa, além da parte 12, que expôs que o mesmo procurador havia prestado palestra remunerada a uma empresa citada em delação premiada na investigação da Lava Jato, ambas expõe “novas informações sobre o assunto” (KOVACH, ROSENSTIEL apud NASCIMENTO, 2003), discorrem fatos ocultados do público, caracterizando, respectivamente, reportagens investigativas interpretativa e original.

No exemplo da reportagem 18, é mostrada uma nova informação de algo que já havia sido exposto para a opinião pública, os vazamentos da Lava Jato rechaçados por Dallagnol, desmentindo o que procurador havia dito publicamente em outras ocasiões⁶³. Já a reportagem 12, que trata da palestra dada por Dallagnol a uma empresa citada na operação Lava Jato, bem como a reportagem 2, que mostrou que os procuradores desejavam e atuaram para evitar a eleição de Luis Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2018, mostram fatos novos que o público não sabia e nunca foram esclarecidos.

No entanto, em nenhuma das 20 reportagens selecionadas pelo estudo se pode observar reportagens sobre investigações, no sentido proposto por Kovach e Rosenstiel (2003). Conforme a bibliografia estudada, é possível identificar em todas as 20

⁶² Disponível em:

<<https://jornalggn.com.br/noticia/glenn-vazajato-e-maior-que-arquivo-snowden-e-atinge-muita-gente-alem-de-moro/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

⁶³ Entrevista do procurador Deltan Dallagnol à BBC Brasil, disponível em

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39563794>>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

publicações do TIB conteúdo investigativo cristalizado em reportagens investigativas originais e interpretativas, calcadas sempre em muitos documentos, fontes, métodos de apuração diversos e demais características visíveis em Fortes (2005), Sequeira (2005) e Nascimento. O trabalho do TIB não tem precedentes na bibliografia consultada, ainda que tenha exemplos aproximados como o caso Collor e PC Farias, que também nasceram de investigações de repórteres.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo desenvolvido, é possível afirmar que a Vaza Jato se caracteriza como ponto ímpar da história do jornalismo brasileiro. Consolidando-se como jornalismo investigativo multimídia, a Vaza Jato demonstrou todas as características das definições de jornalismo investigativo citados pelos autores estudados, além de ter movimentado (e continua movimentando, tendo em vista que ainda continua publicando matérias da mesma série) a opinião pública, redesenhando discussões sobre o jornalismo e contribuindo para expor as vísceras do poder político que a Polícia Federal, a Justiça e o Ministério Público possuem no seu dia a dia. É possível assimilar com clareza o porquê de tanto descrédito de algumas parcelas da sociedade para com o fazer jornalístico do The Intercept Brasil.. A Vaza Jato e o TIB colocaram o modelo de negócio jornalístico no sistema capitalista, o modelo de apresentação de conteúdo em ambiente digital, o modelo de financiamento de veículos de jornalismo, além da própria ética jornalística na berlinda.

As reportagens sobre Sergio Moro e Dallagnol trouxeram à consciência midiática, aqui compreendida como as mentes que decidem o que é ou não publicado, os editores e repórteres, uma reflexão sobre os atributos e a força do jornalismo para construção da realidade, como na teoria gatekeeper (TRAQUINA, 2005), que contribuíram para uma imagem dessas autoridades por anos. A transparência com que a Vaza Jato expôs os fatos em cada umas das 20 reportagens deste estudo também é foco de reflexão para o futuro do jornalismo. Conforme explicou o deputy editor do TIB, Alexandre de Santi, o modo de financiar jornalismo e os objetivos desse jornalismo são importantes ensinamento do TIB com a Vaza Jato. Este estudo, obviamente, não se encerra em si próprio, dado que o objeto de estudo, a Vaza Jato, continua em desenvolvimento. No entanto, é necessário ressaltar o quanto o jornalismo investigativo continuará tendo substrato para pesquisa com a experiência da Vaza Jato, tendo em vista que é o maior exemplo de jornalismo investigativo original ou interpretativo recente.

O que fica, também, na experiência deste estudo, são as inovações de distribuição, colaboração e atuação dos jornalistas do TIB, como o modo de publicação das matérias, a participação dos jornalistas em outros veículos concorrentes e parceiros

para esclarecer pontos das reportagens, além da publicação conjunta com vários jornais e sites para garantir o acesso da maior quantidade possível de profissionais ao material disponibilizado pela fonte. Além disso, audiências públicas, sessões no Congresso Nacional e todo o tipo de ocupações de espaço possível, demonstrando a importância e necessidade que o jornalismo continua tendo na aproximação da população e na manutenção da democracia.

7. REFERÊNCIAS

BERGER, Peter. LUCKMANN, Tomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2003.

FORTES, Leandro. *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

GIUSTI, Tânia. *The Intercept Brasil: jornalismo de impacto e postura inovadora de repórteres elevam credibilidade do site*. In: site ObjETHOS. Disponível em:

<<https://objethos.wordpress.com/2019/09/23/the-intercept-brasil-jornalismo-de-impacto-e-postura-inovadora-de-reporteres-elevam-credibilidade-do-site/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora, 2004.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. 2ª.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Solano. *Os Novos Escribas – O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

SEQUEIRA, Cleode Monteiro de. *Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo: Summus, 2005.

THOMPSON, John B. *O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. 2ª .e.d. Florianópolis: Insular, 2005.